

Camp.

Naira Iracema Monteiro Morgado

O ESPAÇO E A MEMÓRIA : SANTANA DE PARNAÍBA

*Este exemplar corresponde
à redação final da tese
defendida pela Sra. Naira
Iracema Monteiro Morgado
e aprovada pela Comissão
Julgadora.
Campinas, 01 de setembro de 1987.*

Michael M. Hall

Dissertação de mestrado apresen-
tada ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciên-
cias Humanas da Universidade Es-
tadual de Campinas sob orientaçaõ
do Prof. Dr. Michael McDonald Hal

Campinas / 1987

Classif. TI

Autor M820

V. _____

Tom. 8068

BC

ST000030436

À Olívia / André

À Ana, Sivie e Cícero pelo
carinho e colaboração.

Aos amigos de Parnaíba e em
especial ao Sr. Antonio Branco.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Michael McDonald Hall, orientador dessa dissertação e de modo também especial ao Professor Antônio Augusto Arantes Neto, cujas discussões e sugestões permitiram o aprimoramento deste trabalho.

À UNICAMP que através da bolsa de pesquisa a mim concedida, no ano de 1986, possibilitou a realização dessa dissertação.

ÍNDICE

	página
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	13
O CONTEXTO	14
Referências Históricas	14
Santana de parnaíba na Grande São Paulo	28
CAPÍTULO II	45
O CENÁRIO E OS ATORES	46
O Centro Histórico	46
A Vila Nova	63
As Festas	67
CAPÍTULO III	
A CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS	78
As Famílias Antigas	78
O Retorno à Tradição	93
A Ação Institucional e os Significados	97
CONCLUSÃO	109
FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS	115

ÍNDICE DE MAPAS

	página
Santana de Parnaíba na Grande São Paulo	13
Caminhos Antigos	17
Rodovias Principais	31
Localização do Centro Histórico, Bairros e Loteamentos	37
Cronologia das Edificações do Centro Histórico	45
Famílias Antigas e Propriedades	92

INTRODUÇÃO:

A temática mais ampla na qual se inscrevem as preocupações desse trabalho diz respeito à questão da constituição dos diferentes significados que são atribuídos ao que é considerado como patrimônio cultural.

A tradição brasileira no campo da preservação do patrimônio está ligada diretamente à ação do tipo institucional e, só muito recentemente, segmentos da sociedade têm também se mobilizado na defesa daquilo que é percebido como testemunho de uma história compartilhada.

Assim, coube principalmente às instituições responsáveis pela preservação, a nível federal ou estadual, estabelecer os critérios e definir o que seria esse patrimônio cultural. E aqui entramos em um dos pontos críticos dessa questão já que a identificação e constituição de um patrimônio comum, em uma sociedade altamente segmentada e hierarquizada como esta, é matéria complexa e perigosa.

O trabalho de preservação é essencialmente seletivo. Seleona-se o que preservar ao mesmo tempo em que se libera o restante à destruição. E, na maior parte das vezes, essa escolha tem sido orientada por uma história oficial, linear, que pretende dar conta do todo social.

Nesse sentido, a definição do que é considerado patrimônio cultural tem contribuído para alimentar grandes abstrações como a da existência de uma "identidade nacional". Esse tipo de formulação parece servir mais para obscurecer do que esclarecer a realidade social, uma vez que uma identidade comum pressupõe um todo homogêneo e monolítico onde não há lugar para a diferença e o conflito.

Na prática social tem-se, entretanto, interesses divergentes e

intensa disputa política na definição do que preservar, colocando-se em jogo, muitas vezes, o conflito entre um saber especializado e a eleição, por parte de segmentos da sociedade, de objetos, à primeira vista, destituídos de "valor".

Face a esse quadro complexo e às vezes contraditório, o pano de fundo da discussão recai na questão de como se reconstrói o processo histórico. Qual o sentido da preservação? O que preservar e como fazê-lo?

Ou seja, dentro do que restou dos testemunhos materiais do passado, que objetos selecionar e qualificar com a chancela de bem cultural, ou melhor, que tipo de preocupação orienta essa escolha, que leituras da história são possíveis a partir desses bens e quais os processos sociais que os geraram?

Inicialmente, há que se considerar que a ação de preservação - quer seja ela resultado da atuação institucional ou de grupos sociais com interesses diversificados - não se resume a um mero "resgate" do passado. Trata-se, efetivamente, de um processo de reconstrução de uma parcela desse passado e de um trabalho que é realizado no presente e nos termos e limites colocados pelo presente, submetido às mesmas contradições existentes em outros campos da esfera social.

A intenção, com o presente estudo, é, portanto, tentar aprofundar essa discussão à luz de um caso concreto: as cidades históricas.

As cidades consideradas históricas hoje, pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural no Brasil, são aquelas que, em sua maioria, surgiram no período colonial.

O reconhecimento de sua importância, através do tombamento (1) estadual ou nacional, prende-se à sua significação histórica num âmbito mais amplo que o meramente local. A nível histórico

e arquitetônico - categorias privilegiadas para a eleição e preservação de bens culturais - estas cidades apresentam conjuntos ainda pouco modificados que permitem uma leitura expressiva dos ciclos econômicos que marcaram os séculos XVII, XVIII e XIX através de seu rebatimento no espaço urbano e edificado. Portanto, são cidades que por não terem passado por processos violentos de transformação, permanecendo à margem do dinamismo econômico deste século, conservam uma memória registrada especialmente em sua configuração urbana.

No estado de São Paulo, nas condições acima descritas, tem-se: Bananal e São Luis do Paraitinga localizadas no Vale do Paraíba; Iporanga no Vale do Ribeira; Cananéia e Iguape no Litoral Sul e Santana de Parnaíba na Grande São Paulo.

O objetivo desse trabalho é investigar como, nesses municípios a questão do ser cidade histórica é compreendida, internalizada e reelaborada no cotidiano dos diferentes grupos sociais que compõem sua população e, de que maneira a questão do patrimônio, da preservação e da história é articulada informando práticas de inclusão e exclusão. Nesse quadro procurou-se investigar também de que modo o discurso e a prática dos órgãos de preservação influem nesse processo e qual a concepção de patrimônio e história que está presente em suas intervenções.

Ou seja, pretendeu-se contrapor à idéia de um patrimônio comum, definido a partir de critérios de especialistas, muitas vezes concebidos como universais, a questão de como esse patrimônio é múltiplo e heterogêneo e de como os significados que vão informar sua própria construção são constituídos historicamente e manipulados de acordo com a dinâmica da vida social da qual fazem parte.

E aqui, entenda-se por patrimônio cultural aquele mais amplo,

não restrito apenas ao edificado, mas que diz respeito aos há-
bitos e costumes, aos valores e significados, ao próprio coti-
diano dos moradores dessas cidades que, mais profundamente, é
que vai qualificar e dar significação àquele construído: "Para
nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos
físicos, vazios de significado. Toda cultura, antiga ou moder-
na, de nações políticas complexas ou de pequenos grupos de ca-
çadores e coletores nômades, transforma o "espaço físico" em
"lugar", "território" ou "lar". Essa regra não se aplica ape-
nas aos espaços privados, ao interior das casas ou locais de
culto. Ruas, caminhos, praças, campos e montanhas, rios, prai-
as e o mar são apropriados pelos grupos humanos de acordo com
concepções que são próprias de seus modos de vida". (2)

Para tanto, não seria viável fazer um estudo de todas essas
cidades, ainda mais que esse tipo de preocupação leva neces-
sariamente ao estudo de casos particulares, restritos em esca-
la, visto que : " a ênfase em captar a fluência de uma histó-
ria 'acontecendo' e se desenvolvendo a partir das trajetórias
de vida de pessoas comuns e suas intersecções com a sociedade,
procura revelar a complexidade dessa sociedade que estudos ma-
croorientados são incapazes de captar." (3)

Portanto, pareceu-me mais adequado optar por pesquisar uma ci-
dade, Santana de Parnaíba. A escolha de Parnaíba como locus da
pesquisa prendeu-se a várias razões. Trata-se de núcleo seis-
centista e que passado o momento de povoação e exploração, fun-
dados no apresamento do índio e na busca de minérios - razão
de sua origem - à exceção de momentos pontuais de desenvolvi-
mento, sofre um processo de decadência econômica, permanecen-
do relativamente isolada, preservando dessa forma seu traçado
urbano original e um número significativo de remanescentes ar-
quitetônicos dos últimos três séculos.

Apesar de sua proximidade com São Paulo, atualmente 40km, ela

esteve até meados deste século à margem das novas vias de comunicação que ligavam a capital ao interior do estado. A abertura das rodovias Anhanguera e Castelo Branco e a descentralização do parque industrial de São Paulo vão modificar profundamente essa situação introduzindo um novo momento de desenvolvimento, integrando Parnaíba à Grande São Paulo.

Assim, ao lado da cidade histórica que mantém ainda uma população de antigas famílias, coexistem bairros com todas as características daqueles da periferia das grandes cidades e ainda uma população não residente que frequenta a cidade nos períodos de férias e fins-de-semana.

Desse modo, Santana de Parnaíba se apresenta como um microcosmos que expressa as condições e contradições da política de preservação que é realizada atualmente, sendo, portanto, cenário privilegiado para o objetivo dessa pesquisa.

A matéria-prima para esta reflexão foi, principalmente, os depoimentos dos moradores e a observação de seu cotidiano. A intenção não foi simplesmente de contrapor os fatos à memória, mas utilizar o material dos depoimentos segundo a perspectiva de que "o material bruto da história oral não consiste apenas em declarações factuais mas é expressão e representação de cultura, e portanto incluiu não só narrativas literais mas também as dimensões da memória, ideologia e desejos inconscientes." (4) E, "a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é que ela nos conta menos sobre eventos e muito mais sobre significados." (5)

Não se trata também de buscar "o outro lado da História", mas de, a partir de depoimentos, segundo Ecléa Bosi, entender a memória como "refação do passado, permeada por preconceitos, valores e ideologias". (6)

Não se pretendeu, nessa medida, realizar uma reconstituição da história de Parnaíba a partir dos depoimentos. A tentativa foi no sentido de refletir sobre a própria História; o que é, quais as condições de produção da História e sobre as diversas histórias produzidas de acordo com o lugar específico ocupado por cada ator envolvido.

Portanto, é nesse campo que se colocam as premissas da pesquisa ao tentar desvendar, ainda que apenas parcialmente, os silêncios, as inconsistências, as contradições existentes nos vários discursos desses moradores que têm também por cotidiano o estigma de morarem em uma cidade mais "histórica" do que as outras e têm a história registrada em seu espaço físico e na memória dos antigos habitantes.

O tema do presente estudo foi então desenvolvido em três capítulos:

Capítulo I - O Contexto

Neste capítulo procurou-se, na primeira parte, descrever o processo de formação do município destacando-se sua evolução urbana e conseqüente constituição do patrimônio edificado, assim como a formação de uma sociedade rural, de classes, em torno da economia canavieira.

O segundo item trata da história do município neste século e sua progressiva integração à região da Grande São Paulo, processo esse responsável por profundas transformações em sua composição populacional, dinâmica sócio-econômica e uso e ocupação do solo.

O material básico utilizado foram fontes bibliográficas.

Capítulo II - O Cenário e os Atores

Trata-se de, a partir dos depoimentos, compor os diversos grupos sociais da população parnaibana com o objetivo de analisar como cada grupo valoriza a cidade e interpreta a história e o patrimônio, configurando um campo de tensão que acaba por determinar algumas alianças e conflitos entre eles.

Tomou-se também a descrição das festas da cidade, como contra-ponto aos depoimentos, para a observação do comportamento dos diversos grupos. A festa se realiza no espaço do patrimônio edificado agregando novos significados a ele, é elemento recorrente na descrição do passado da cidade e, portanto, elemento constitutivo da memória dos parnaibanos, expressando hoje conflitos latentes presentes no cotidiano da cidade.

Capítulo III - A Construção dos Significados

Neste capítulo buscou-se uma síntese das questões levantadas nos anteriores, através do estudo da trajetória das famílias antigas, procurando nesse processo perceber como se dá a construção e transmissão dos significados que são hoje atribuídos à cidade e ao patrimônio cultural.

Por outro lado, investiga-se também, de que maneira os órgãos de preservação que atuam na cidade intervêm nessa dinâmica e quais são os conceitos com que operam tanto em suas formulações teóricas quanto em sua prática de trabalho.

Isto posto restaria ainda indicar os procedimentos utilizados na pesquisa.

A pesquisa de campo desenvolveu-se em duas etapas. A primeira, realizada entre junho e dezembro de 1983 é fruto de um

trabalho realizado para o CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (7), no qual participei tanto da pesquisa de campo quanto da elaboração do relatório final.

O referido trabalho constituiu uma pesquisa de campo que visava um levantamento das opiniões e valores dos moradores acerca da cidade, procurando identificar os diferentes grupos a partir da imagem que uns faziam dos outros e das categorias empregadas para nomeá-los. Partiu-se de um recorte já estabelecido, a área tombada, que corresponde ao espaço de formação da cidade - atual Centro Histórico - hoje com funções de setor residencial, pequeno comércio e serviços públicos. Para efeito comparativo, elegeu-se um bairro próximo ao centro, a Vila Nova, resultado da recente expansão do município em direção oeste.

Por meio de entrevistas abertas, observação direta e, dentro das possibilidades de permanência e convívio com os moradores, observação participante, foi feita a coleta de informações.

Assim, os resultados desse trabalho foram o ponto de partida para esta pesquisa. Foi através dele que foi possível não só construir uma primeira elaboração do objeto, mas também constituir algumas das hipóteses para a reflexão aqui desenvolvida.

A segunda etapa foi realizada entre julho e dezembro de 1986. Nesta fase residi na cidade durante dois meses, período no qual aprofundei algumas linhas de investigação relativas à história das famílias antigas.

A partir das informações históricas e da análise dos dados colhidos no período anterior de pesquisa tornou-se possível selecionar algumas famílias consideradas representativas pa-

ra os objetivos da pesquisa.

Assim, o trabalho foi realizado através da coleta de depoimentos junto a membros dessas famílias com o sentido de reconstituir, ainda que de modo fragmentário, a história dessas famílias e seu envolvimento político, econômico e social na cidade. A elaboração de mapas genealógicos auxiliou na obtenção dos dados e possibilitou inter cruzamentos entre a história dessas famílias e sua posição atual na dinâmica social do município bem como a reflexão do que consideram patrimônio e sua relação com a memória.

Também foi efetuada pesquisa das atas da Câmara Municipal, a partir do período em que estas se encontravam disponíveis para consulta (1906) com o objetivo de verificar a participação política institucional dessas famílias.

No Cartório de Registro Civil do município, realizou-se levantamento da natureza e quantidade das transações com terras e imóveis, efetuadas em um primeiro momento apenas entre essas famílias e, posteriormente, entre elas e compradores de fora, procurando-se observar a partir desses dados, a dinâmica imobiliária que envolve a questão do patrimônio.

Nesse sentido consultou-se os livros índices de escritura, organizados por ordem alfabética e, a partir da seleção de algumas famílias compilou-se os dados de 1880 até 1982, tomando-se um ano a cada vinte para efeito comparativo. Da mesma maneira foi feita a consulta dos livros de lançamento do imposto predial.

Portanto, a partir da trajetória dessas famílias tentou-se traçar um perfil de como se dá a construção das representações e atitudes desse grupo face à história recente do município e daquilo que é considerado como patrimônio cultural.

A intenção foi considerar tanto a ação quanto a representa-

ção em um contexto e tempo determinados, com o objetivo de explicitar como os padrões de significados são historicamente informados e transmitidos.

Esse tipo de preocupação se insere na linha de pesquisas que tem por premissa trabalhar as intersecções existentes entre biografia, história e sociedade, utilizando-se para tanto da história, de depoimentos, da observação do grupo estudado e de fontes documentais, como por exemplo, os trabalhos de Bela Feldman-Bianco, Verena Stolcke e Alice Inês de Oliveira (8).

NOTAS:

(1) - O tombamento significa o reconhecimento jurídico do valor cultural de um bem. Não incide sobre o direito de propriedade ou de comercialização do imóvel. Coloca, entretanto, restrições com relação a reformas, as quais deverão ser feitas sob orientação e com autorização do órgão de preservação que efetuou o tombamento, além de impedir a demolição.

O pedido de tombamento de um bem pode ser feito por qualquer pessoa. A partir desse pedido, em linhas gerais, abre-se o processo de tombamento para o qual é realizada ampla pesquisa visando a elaboração de um parecer técnico, que em seguida é submetido à apreciação do conselho do órgão para a decisão sobre o pedido de tombamento em questão.

(2) - ARANTES, Antônio Augusto. "Prefácio" in: Produzindo o passado : estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo, 1984 p.9

(3) - FELDMAN-BIANCO, Bela. "História e poder local". in: Produzindo o passado : estratégias de construção do patrimônio cultural. op. cit. p.132

(4) - PORTELLI, Alessandro. "Peculiarities of oral history" in: History Workshop nº 12, outono 1981 p.99

(5) - PASSERINI, Luisa. "Work and consensus under Italian fascism" in: History Workshop op. cit. p.84

(6) - BOSI, Ecléa. Memória e sociedade : lembranças de velhos São Paulo, 1979

(7) - MAGNANI, J. Guilherme Cantor; MORGADO, Naira I.M. e OLIVEIRA, Carmen L.M.V. Santana de Parnaíba : memória e cotidiano. Relatório de pesquisa do CONDEPHAAT, 1984

queológico, Artístico e Turístico do Estado. São Paulo, 1978
p.5

(10) - MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Comunidade em debate : patrimônio ambiental e urbano. São Paulo, 1978 pp. 23-25

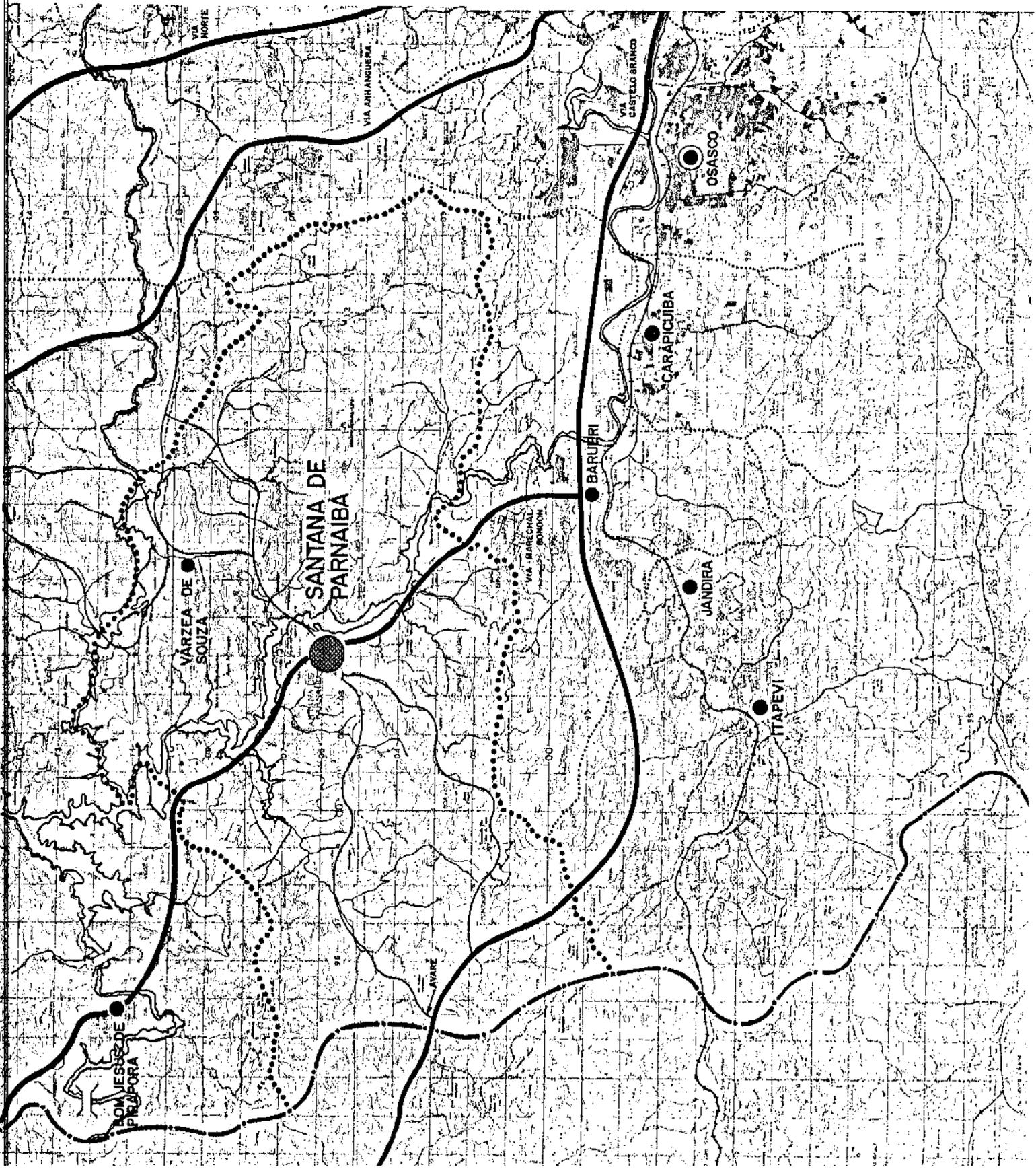
(11) - CONDEPHAAT. Santana do Parnaíba : revitalização do centro histórico. Série Monografia nº 1. São Paulo, 1982 p.1

LEGENDA

- LIMITE DE MUNICIPIO
- LIMITE DA RM GSP
- NUCLEO URBANO



BASE CARTOGRAFICA - IBGE - ESC. 1:50 000 - 1971



CAPÍTULO I - O CONTEXTO

1 - Referências históricas (1)

A formação dos primeiros núcleos de povoamento do planalto paulista, embora correspondesse à orientação da política de povoamento e exploração da Coroa Portuguesa, decorreu também do regime de propriedade que marcou aqueles primeiros assentamentos. Ter "casa" na Vila e ter "roças" afastadas do centro urbano foi uma característica da vida paulistana nos séculos XVI e XVII. A casa da vila se justificava pela necessidade de participação política, reminiscência portuguesa que distinguia o branco e o mameluco do índio. Quanto às "roças" que ocupavam extensas áreas, eram uma imposição do tipo de lavoura praticada na época - a agricultura de subsistência. Assim, o "homem bom" da Vila Paulista era o chefe patriarcal, membro da Câmara e proprietário de imensas glebas nos arredores da Vila.

Portanto, o que norteia a ocupação de novos sítios nas imediações de São Paulo é a necessidade de seus moradores estabelecerem suas "roças" e se apossarem de bens de raiz, acrescido pela facilidade da mão de obra indígena.

Esta apropriação de terras também se interrelaciona com a pesquisa mineral, com o apresamento indígena e com os pontos de catequese.

É importante situar, nesse quadro, o momento político então vivido pela Metrópole Portuguesa que, a partir de 1580, por razões de sucessão dinástica liga-se à Espanha e dela recebe toda orientação político-administrativa. Prevalece nos sessenta anos de ligação das coroas ibéricas uma política de fomento mineral, um intenso intercâmbio entre as colônias ibéricas da América e a consubstanciação de novas normas administrativas definidas através das Ordenações Filipinas.

É nesse contexto que, antes mesmo de 1580, Manuel Fernandes Ramos, português, "homem bom" da Vila, juiz ordinário, casado com a mameluca Suzana Dias, neta de Tibiriçá, desceu o rio Anhemby (hoje Tietê) estabelecendo no primeiro obstáculo maior daquela via fluvial, fazenda de sua propriedade e origem da futura Vila de Santana de Parnaíba. Continua, porém, morando na Vila de São Paulo de Piratininga, como era de praxe na época, e participa de expedições-oficialmente pesquisadoras de minérios, mas na verdade, apresadoras de índios.

Erige, no local onde estabeleceu a fazenda, uma capela a Santo Antonio e, apesar de algumas referências na documentação acerca da existência da fazenda e da capela, não se tem notícia e nem se pode precisar sua localização. Certamente não correspondia à área urbana atual, sendo lícito supor que se localizasse na outra margem do Tietê. Naquela época o leito do rio era bastante estreito e as duas margens muito próximas.

Ainda no século XVI o que propicia uma rápida ocupação da área é a descoberta, aproximadamente em 1589, de ouro no Voturuna (Parnaíba) e ferro em Araçoiaba (próximo a Sorocaba). A importância atribuída a esta atividade na região, vindo de encontro aos propósitos da Coroa, determinou a instituição do primeiro a parelramento mineiro do Brasil, pelo sétimo governador geral, D. Francisco de Souza, o qual se transferiu em 1589 para o Sul com a finalidade de assistir aos trabalhos mineradores.

Encerra-se o século XVI com uma efervescência de atividades em torno da questão mineral na região, resultando em despachos de entradas para o sertão, na criação de um quadro de funcionários para administrar as pesquisas e na vinda de mineiros práticos do Reino, em geral espanhóis e flamengos que passam a engrassar a escassa população branca local.

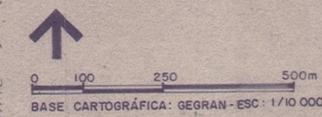
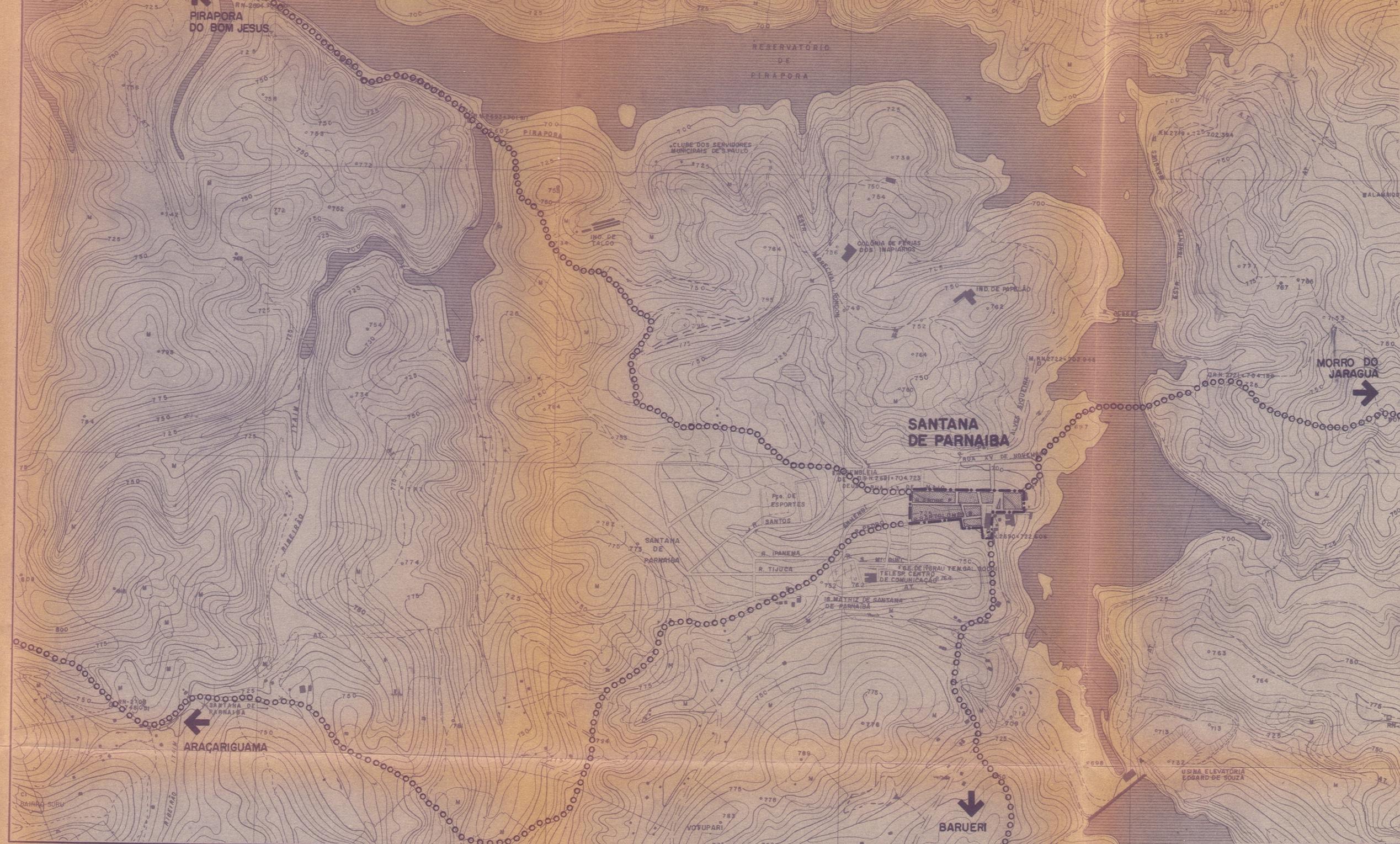
No primeiro decênio do século XVII pode-se admitir uma razoável

ocupação da área. À transferência de Suzana Dias e seus dezesse-
te filhos, seguiram-se concessões de terras, sucessivos ensaios
de mineração e investidas para o sertão, caracterizando a para-
gem de Parnaíba como centro irradiador de expedições. Revelador
de que está em curso um processo de ocupação neste primeiro de-
cênio, é a constante referência à "parnahybanos" nas entradas de
Nicolau Barreto (1602) e de Belchior Carneiro (1606). Também as
Atas da Câmara de São Paulo fazem menção "aos de Parnahyba", re-
ferindo-se aos que engrossavam as entradas para o sertão.

A escassa e precária documentação seiscentista parnaibana não
permite precisar ainda para esse momento a localização correta
do sítio urbano; certamente não se tratava mais da área primiti-
va da capela de Santo Antonio. Segundo Silveira de Camargo(2), em
1610, a capela de Sant'Anna, de pau a pique e coberta de telhas,
já está pronta, construída por André Fernandes e tendo sido sua mãe,
Suzana Dias, a doadora da padroeira. Também é certo que não se
tratava do mesmo local da atual matriz parnaibana. Foi, porém,
naquela capela que em 1625 foi capela curada, que se comemorou
a elevação de Santana de Parnaíba a Vila. De nada adiantou a
ferrenha oposição de São Paulo à criação da Vila. Os impedimen-
tos legais levantados por São Paulo, independentes de sua proce-
dência ou não, devem ser vistos como esforço evidente em manter
o controle sobre o próspero povoado, constante ameaça à ingerên-
cia jesuítica. Aos de Parnaíba, já estruturados na atividade pre-
adora de índios, convinha confirmar sua autonomia através da de-
finição de seu território e da sua independência administrativa.
Assim, após São Paulo e Mogi das Cruzes, surgia a terceira vila
serra acima - Santana de Parnaíba.

Nesse período ainda permanece incerta a correta localização do
povoado assim como a delimitação das terras pertencentes à Vi-
la. Sabe-se que nesse momento faziam parte de seu território os
"bairros" de Barueri - aldeia principal circunscrita eclesiasti-

CAMINHOS ANTIGOS



camente à Parnaíba e que abrigava em 1612, cerca de seiscentos índios. Além deste, havia Pirapora e outros bairros surgidos posteriormente: São Roque, Araçariguama (atual Porto Feliz), Juke^ury, Ajapi, Sapucaia, Itu e Sorocaba.

A provisão de 1630/33 que instituiu Parnaíba paróquia independente de São Paulo, que passa a ter vigário efetivo, consolida a existência e autonomia da Vila que, à guiza de atender à política mineral preconizada pela Coroa, desenvolve acirrada caça ao índio, mercadoria internamente valiosa. A intensificação do bandeirismo de apresamento atinge o auge com a destruição da missão jesuítica de Guaíra em 1628, com a invasão por André Fernandes das missões do Rio Grande do Sul em 1637 e a de Fernão Dias no mesmo local em 1638.

Santana de Parnaíba é nesse momento o entreposto do comércio de índios, sob o controle de alguns poderosos cuja vontade é decisiva para a expulsão dos jesuítas de São Paulo.

Nesse período a Vila se expande. Em 1643 André Fernandes solicita a instalação da ordem dos beneditinos, doando-lhe terras. Considerando-se as características dos conventos beneditinos, marcados pela auto-suficiência e estendendo-se por vasta área, é de se supor que o espaço cedido à ordem religiosa distasse razoavelmente do centro urbano, nessa altura configurado apenas pela área da capela de Sant'Anna e do pelouro.

É a partir da instalação do mosteiro que se definem os dois polos - Capela/Pelouro e Mosteiro de São Bento - entre os quais se estenderá o eixo definidor do espaço urbano. Inicialmente a Vila obedecerá a um crescimento centrípeto para depois galgar as curvas de nível do morro ao pé do qual se instalou. Por volta de 1643 a nova matriz é edificada, em "lugar mais alto", livre das enchentes e nas imediações do pelouro. Daí em diante, dá-se a paulatina ocupação das encostas e o aproveitamento das curvas de nível, em função tanto da constância das enchentes como da alta

densidade pluviométrica. A expansão inicial deu-se no sentido oeste, pois as outras direções encontravam barreiras naturais: ao norte o Córrego dos Bandeirantes e ao sul e leste, o rio Tietê.

Portanto, definiu-se o núcleo urbano como patrimônio religioso: num extremo a Matriz, no outro o Mosteiro de São Bento e, a alguns metros mais acima a capela de Santa Cruz que substituiu a Matriz na época de sua construção. Todas essas edificações foram doações de André Fernandes.

A partir de 1660 Portugal, às voltas com difícil recuperação econômica, retoma o projeto de pesquisa mineral incentivando as buscas de ouro e prata no Brasil. São solicitados oficialmente para essa pesquisa paulistas e parnaibanos que recebem cartas nominais assinadas pelo próprio Rei.

Assim, a partir da segunda metade do século XVII o parnaibano sai novamente para os sertões de Cataguazes, as terras de Goiazes e Mato Grosso, organizando-se aparentemente em bandeiras pesquisadoras de metais preciosos mas, ainda com finalidade apressadora. Vale dizer que nesse período a Vila de Santana de Parnaíba, mais do que nunca, cumpre sua função de centro irradiador de expedições, agora diretamente sob proteção régia. E, não obstante a contínua ausência de seus moradores mais ilustres e sua respectiva escravaria, a Vila se consolida e conhece o seu apogeu. Porém ainda são escassas as referências à vida urbana.

O século XVIII trouxe mudanças sociais significativas para a Vila e para a região de São Paulo: uma nova sociedade rural se formou ao mesmo tempo que as famílias de elite fizeram fortuna com a agricultura comercial da cana-de-açúcar.

A transição de uma sociedade de fronteira para uma economia assentada na agricultura comercial teve enormes conseqüências para a futura estrutura social de Parnaíba, diferenciando gradualmente.

camadas sociais. Partes fundamentais desse processo foram a troca do índio pelo escravo africano e a luta pela terra através dos títulos de propriedade que eram, até então, irrelevantes.

A vida em Parnaíba torna-se mais sedentária, a população cresce assim como o número de propriedades rurais. A Vila passa de uma economia baseada no apresamento e comercialização de indígenas para uma agricultura comercial - o açúcar. Daí emerge uma sociedade rural caracterizada de um lado, por divisões em classes e de outro pela autoridade patriarcal.

O patriarcado cria uma estrutura competitiva que perpassa as classes. As instituições sociais, sustentadas tanto pelo patriarcado quanto pelo sistema de classes, davam aos fazendeiros uma estrutura através da qual podiam manter a ordem social. O governo local se expressava através do Conselho Municipal e da Milícia. Os homens que encabeçavam extensas famílias e que participavam das instituições sociais se tornam os patriarcas de toda a comunidade. Seu controle sobre a família e os bens, seu papel nas instituições religiosas e políticas e seus laços com os demais fazendeiros e plantadores pobres, fizeram deles homens poderosos dos quais dependiam as famílias, os plantadores e os escravos.

A coexistência de classes e de patriarcado no século XVIII criou um mundo social que limitava a liberdade individual e promovia o poder de uma pequena elite. Esta dinâmica se reproduz durante várias gerações.

Conforme Alida Metcalf(3), a estrutura de classes que se delineia no decorrer dos anos setecentos tem nas estratégias familiares um de seus eixos fundamentais. Estas baseavam-se, entre outras, na determinação do destino dos filhos. Um dos herdeiros, geralmente uma filha, era escolhida como herdeira favorecida, ficando com a maior parte da propriedade através do dote(4); paralelamente era também escolhido, cuidadosamente, o futuro genro, sen-

do este o casal que permaneceria em Parnaíba ligado à produção agrícola. Os herdeiros desfavorecidos se tornavam, na maioria das vezes, plantadores pobres que iriam alimentar a rede de relações patriarcais. E, um outro filho era escolhido para ir ao interior em busca de novas terras e ouro, o que se explica também em função dos registros dos sucessivos movimentos migratórios: 1689 para Minas Gerais, 1719 para Mato Grosso e 1722 para Goiás. Esta era a maneira de garantir a manutenção da propriedade, sem divisões, de geração em geração, apoiada na necessidade de deserdar alguns herdeiros e na reafirmação do patriarcado.

É também hipótese da autora que, no século XIX, o ramo das famílias que efetivamente fez fortuna foi o que emergiu daqueles filhos que migraram e que acabaram por se estabelecer nas novas terras.

Importante também a ser registrado é que com a mineração paralisa-se o apresamento indígena. Parnaíba perde a função de entreposto distribuidor de índios pois, também o trabalho de mineração passa a ser feito pelo escravo africano.

Conforme os inventários, a vida continua a transcorrer nas fazendas e o parnaibano permanece efetivamente na zona rural, nunca na Vila, a não ser em caso de reuniões políticas e em dias de festa religiosa. Nada indica, para a primeira metade do século XVIII, que a Vila tivesse se beneficiado com alguma edificação pública nova ou sofrido qualquer alteração em seu traçado ou mesmo aumentado seu casario. Mantinha o mesmo perímetro do século anterior - das margens do Tietê ao largo São Bento - compondo um triângulo em cujo vértice se localizava a igreja Matriz. Já existiam as ruas de Baixo, do Meio e de Cima, onde, certamente, eram muitos os lotes não edificados; o maior adensamento era na rua de Baixo. É, possivelmente, do final do século XVIII e começo do XIX o surgimento das casas de sobrado: casas térreas com o pé direito mais elevado, com espaço para depósito, ou aquelas com dois pavimentos onde o térreo era destinado à ati

vidade comercial.

Decisivo para a marginalização desse núcleo colonial foi o desenvolvimento de Jundiaí, Itu e Sorocaba onde, inclusive, fixam-se os parnaibanos que retornaram do Mato Grosso e Goiás. A dinamização daquelas vilas determinou a abertura de três novas vias de comunicação que as ligavam respectivamente a São Paulo, isolando Parnaíba. Isto porque o transporte de açúcar em lombo de burros exigia vias de comunicação em bom estado pois este produto, tal como era fabricado na época, se deteriorava muito rapidamente. O terreno acidentado da região de Santana de Parnaíba impedia qualquer esforço nesse sentido. Assim, os caminhos que se consolidaram como rotas de transporte de açúcar produzido na Capitania de São Paulo não passavam por Parnaíba e sim por núcleos também ligados à produção canavieira mas, melhor localizados para aquele fim.

Certo é que a inércia urbana é reflexo do acima descrito, comprovada na virada do século pelo novo esvaziamento que sofre a Vila: a imigração de seus habitantes para as terras de Piracicaba, Campinas e São Carlos, onde a cana-de-açúcar é substituída pela lavoura cafeeira.

No princípio do século XIX, a Vila de Santana de Parnaíba era ainda o centro administrativo de vasta área territorial que compreendia as freguesias de Araçariguama, São Roque e Una e as capelas de Conceição do Voturuna, Nossa Senhora da Escada de Barueri, Nossa Senhora da Piedade e São Bom Jesus de Pirapora. O prestígio religioso dessa última, cujas romarias chegavam a contar com mais de 8 000 pessoas, era favorável a Parnaíba, local obrigatório de passagem dos romeiros e centro administrativo que recolhia diversos impostos.

A economia parnaibana do começo daquele século é dotada de certa expressão, o que garante um comércio regular para Santos, São Paulo, Jundiaí, Cotia e Santo Amaro, exportando os seguintes artigos da produção local: açúcar, feijão, milho, algodão,

café e rapadura, sendo que as maiores exportações se concentravam no cal de pedra, açúcar fino, aguardente, fumo e feijão. Por sua vez, a Vila importava aguardente do reino, vinho e tecidos.

Evidentemente a população do município era, na sua maioria, agricultora, mesmo aquela concentrada na área urbana, composta pelos representantes da municipalidade. Na rua Direita moravam o prefeito, três vereadores, dois juizes de paz e um oficial de justiça. Na rua do Meio residiam um oficial de justiça e vários escravos do juiz municipal. Na rua de Cima destacava-se José do Amarante, carpinteiro de profissão, proprietário também de uma residência na rua Santa Cruz e, durante bom tempo, zelador da capela de mesmo nome.

Ainda mais representativo do predomínio da atividade agrícola é a qualificação profissional dos habitantes da Vila. Em 1820, para 99 agricultores eram registrados 39 elementos do Corpo Militar, 8 negociantes, 4 jornaleiros, 3 representantes do clero secular, 23 magistrados, 224 escravos, 198 escravas e 8 mendigos. Já em 1825, o número de lavradores era 138 para 7 negociantes, 6 magistrados, 2 representantes do clero secular, 1 regular, 244 escravos, 209 escravas e 2 mendigos.

No fim dos anos vinte se observa um declínio generalizado, marcado pela diminuição da população da Vila, que vai se acentuar com o progressivo desmembramento da mesma, diminuindo sensivelmente seu território.

A nível urbano pode-se acompanhar esse declínio através das medidas adotadas pelos Códigos de Postura Municipal da Câmara, os quais regulamentam a organização administrativa dos municípios brasileiros - na época colonial definida pelas Ordenações Filipinas. O Código de 1829 (5), por exemplo, refletindo a precariedade da vida local, cuidou de:

- proteger as áreas de cultivo e o recinto da Vila contra as incursões dos animais de criação (arts. 1º, 10º e 11º)

- zelar pela saúde pública por meio de proibições referentes a gêneros adulterados e estragados, proibindo águas insalubres, animais abandonados nas ruas (arts 4º e 5º)
- manter o comércio local que pudesse atender os interesses do público (arts. 3º e 6º).
- garantir o funcionamento das vias de comunicação (arts. 5º e 14º).

Entretanto, a Vila ainda não é o local de moradia dos fazendeiros e sitiantes, mas sim ponto de reunião, sede do poder civil e religioso, onde eles comparecem aos sábados, domingos, feriados e dias de festa.

Assim, nessa primeira metade do século XIX, a se concluir pelos pedidos da Câmara, o aspecto da vila é desolador, estando todos os edifícios públicos, sem exceção, precários. O mesmo ocorre no extremo oposto da Vila, no Largo São Bento. Esse é, certamente, o segundo espaço público mais significativo da Vila, não só pela localização do Mosteiro e mais acima da capela de Santa Cruz, como pela animação que ali existia, até pelo menos 1830, com a lavagem de roupas e a instalação de bicas de água. Aí também funcionou a escola de Primeiras Letras que, em 1858, contava com 19 alunos no curso masculino e 21 no feminino. Até recentemente funcionava, nesse mesmo local, a sede do ensino oficial de Parnaíba.

Quanto às demais edificações, elas estavam sujeitas, a partir de 1830, a um controle mais severo por parte da Câmara no que diz respeito a gabarito e alinhamento, regulamentando que as ruas tivessem 60 palmos de largura e que as futuras edificações assentassem suas portas no nivelamento geral da rua.

Não obstante esses registros de decadência urbana, a Vila conservava ainda em 1837 algum dinamismo econômico. Havia então 35 engenhos de açúcar, dos quais 19 produziam apenas aguardente e rapadura; 10 fazendas de criação e um forno de cal em ex-

ploração. A produção era calculada em 55 000 arrobas de café, 680 arrobas de açúcar, 413 canadas de aguardente, 972 alqueires de arroz, 2 306 alqueires de feijão, 18 142 alqueires de milho, 1 151 arrobas de algodão em rama e 18 alqueires de farinha de mandioca. De 1835 em diante, é possível acompanhar o declínio econômico da Vila através da estabilidade na receita e na despesa.

Os relatos dos anos 60 admitem constantemente a pobreza de Parnaíba. Reflexo dessa situação é a débil participação de parnaibanos na vida nacional. Mesmo por ocasião da Guerra do Paraguai, Parnaíba limitou-se a enviar treze membros da Guarda Nacional como voluntários. Também a escassez de escravos demonstra a fragilidade econômica da Vila. Assim, não é de se estranhar que no início dos anos 70 os proprietários libertassem seus-escravos, sobretudo por causa do peso de um capital imobilizado.

Em 1886 é concedida autorização definitiva para a construção de um novo matadouro, na então várzea de São Bento, localização essa que coincide com o atual comércio varejista de carne em Parnaíba. E, na década seguinte, a Matriz recebeu a reforma definitiva que resultou no edifício que hoje conhecemos.

A última década do século XIX é marcada por certa "arrumação" na área urbana. A limpeza das ruas se intensifica, a Câmara autoriza várias edificações - algumas ainda em taipa - e, procede-se a constantes alinhamentos de terrenos, sobretudo nas ruas Direita, Padre Mauro, Largo da Vitória e nos terrenos da rua conhecida como "fundo de quintais", atrás da rua de Baixo. A rua Santa Cruz, particularmente, recebe várias edificações em seus lotes até então vazios.

Finalmente, é interessante examinar porque as transformações que ocorrem na capital paulistana nesse período, e que têm e feitos em seus arredores, não envolvem Parnaíba.

A partir de 1870. São Paulo passa por profundas mudanças. Café e industrialização vão promover tanto a expansão do espaço urbano da cidade quanto acentuado aumento populacional, gerando uma demanda bastante ampliada de gêneros alimentícios, material de construção, combustíveis, água corrente, etc. É esse processo que vai reorientar a função das vilas e municípios próximos à capital, que passam a se reorganizar em função da metrópole nascente. A ferrovia vai ser o agente dessa nova organização espacial e econômica. É sua presença ou ausência que vai determinar tanto o desenvolvimento de alguns núcleos quanto o isolamento de outros.

É também a ferrovia a responsável pelo desmembramento do antigo sistema de transportes - as tropas de burros - assim é que desde antes de sua implantação ela era temida por aqueles que tinham, nesse antigo sistema de transportes, sua subsistência.

Langebuch (6), cita como uma das principais funções de vários aglomerados, entre eles Parnaíba, a prestação de serviços à circulação desse sistema de transportes, o que incluía: criação de muares, venda e aluguel dos mesmos, aparelhamento de tropas, pouso, alimentação e etc. Portanto, o desmantelamento desse sistema atinge necessariamente todas as atividades e estabelecimentos a ele vinculados. Ressalte-se, entretanto, que o transporte por tropas de burro não se extingue completamente. Até pelo menos 1908 os municípios à margem das ferrovias continuam a se comunicar com São Paulo através dele.

Em Parnaíba, assim como em Mairiporã, Arujá, Itapeçerica da Serra, Embu e Cotia, acentua-se um processo de isolamento que vai diferenciar de outras cidades que, a partir de fins do século XIX, passam a viver uma dinâmica gradativa de integração a São Paulo, de caráter suburbano.

A marginalização viária que a ferrovia impôs vai ter conseqüên-
cias durante toda primeira metade do século XX em Parnaíba. En-
tretanto, há que se ressaltar que além das dificuldades topográ-
ficas para o assentamento da via férrea, Parnaíba era, no sé-
culo XIX, uma das menores sedes de município, com poucos vín-
culos com a capital e vivendo , a partir de meados daquele sé-
culo, quase que exclusivamente da agricultura de subsistência
oferecendo, portanto, poucos atrativos para a ferrovia.

2 - Santana de Parnaíba na Grande São Paulo

O processo de metropolização de São Paulo tem seu início no começo deste século, marcado pelo desenvolvimento industrial. A população passa de 20 000 habitantes em 1874 para 500 000 em 1920 (7).

Delinea-se, a partir desse processo, uma intensa especulação imobiliária que transforma muitos municípios vizinhos à capital em subúrbios residenciais e industriais.

É da década de 20 a abertura de estradas regionais que tem por polo de irradiação São Paulo: São Paulo - Minas Gerais; São Paulo - Paraná; São Paulo - Rio de Janeiro e São Paulo - Mato Grosso, atingindo Itu em 1922 passando por Osasco, Barueri, Parnaíba e Pirapora.

Essas rodovias poderiam constituir-se de eixos viários potencialmente colocados à expansão de caráter suburbano da capital, já que cortavam extensas áreas que, por estarem afastadas da ferrovia não haviam conhecido um desenvolvimento suburbano significativo. Entretanto, esse desenvolvimento não acontece nos anos 20 nem nas duas décadas seguintes. A razão é que o arcabouço suburbano de São Paulo continua a se estruturar, nesse período, em função da ferrovia. São os municípios servidos por ela que vão continuar a polarizar o crescimento industrial e residencial.

A ferrovia é o meio de transporte mais rápido e mais barato. E a circulação rodoviária passa a funcionar predominantemente como meio de transporte supletivo e complementar a ela. - Os onibus passam inclusive a repetir os mesmos trajetos estabelecidos pela ferrovia.

Desse modo os principais "subúrbios-estação" (8) eram ligados a São Paulo por um número de ônibus diários muito superior àqueles que estabelecia a ligação entre a capital e as antigas vilas que ficaram fora do domínio ferroviário. Assim, em 1935,

havia:

- 45 ônibus diários (em cada sentido) ligando São Paulo a Santo André; 42 entre São Paulo e Santo Amaro; 22 entre São Paulo e Osasco para 3 entre São Paulo e Cotia, 9 entre São Paulo e Embu, 1 entre São Paulo e Juqueri e 1 entre São Paulo e Parnaíba.

Portanto, Santana de Parnaíba permanece, até meados deste século, com escassas relações com a capital, sobrevivendo a partir das duas atividades que durante toda sua história se fizeram presentes: uma forte economia de subsistência e um reduzido comércio local. Sendo que este último não conseguia se desenvolver em função mesmo da vitalidade da agricultura de subsistência não gerando estímulos à produção industrial, a não ser aquela de caráter tradicional na região, representada pelos frigoríficos de carne, pelos alambiques de aguardente e algumas oficinas metalúrgicas que atendiam o mercado local complementando a economia de subsistência.

Também a construção civil que se mantém durante toda sua história nunca foi fator gerador de mudanças estruturais, dado que requer baixos índices de mão de obra e esgota seus efeitos no limite da própria vida urbana, obtendo a quase totalidade de seus recursos a nível local.

Há que se mencionar ainda a construção da Usina Edgard de Souza, pela Light, no começo do século, provocando um breve período de animação econômica que é responsável pela tardia elevação da vila à cidade, em 1906.

A Usina de Parnaíba pode ser considerada a primeira hidrelétrica de grande porte do Brasil. Construída em um ano e nove meses, venceu as dificuldades de transporte, escassez de mão de obra qualificada e a necessidade de importar todo o maqui

nário.

No período de 1901 até 1914 representou a principal fonte de energia elétrica em São Paulo. Em 1952 "a usina hidrelétrica é transformada em usina elevatória de águas, deixando de gerar energia e passando a integrar o sistema de aproveitamento hidrelétrico do rio Tietê e afluentes voltado para a usina de Cubatão e recebe a atual denominação de Usina Elevatória Edgard de Souza" (9).

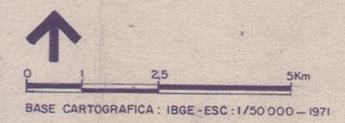
A partir da consulta da documentação disponível (10) não foi possível montar um quadro preciso dos reflexos da instalação da Usina no município de Parnaíba. A correspondência entre a Câmara Municipal e a Light, assim como a documentação referente às transações de compra e desapropriação de terras, possivelmente se perdeu, já que as primeiras pastas de documentos remontam a 1903, período, portanto, posterior à realização desses acertos.

Entretanto, pode-se supor que sua construção e instalação representam um profundo impacto para a cidade, já que as obras, em alguns momentos, chegaram a ocupar 1.000 trabalhadores. Possivelmente, parte dessa mão-de-obra era constituída por imigrantes, parte era recrutada nas pedreiras de Caieiras e parte pertencia aos quadros da Light em outras unidades.

O desenvolvimento viário da segunda metade desse século também foi incapaz, por si só, de alterar o quadro de declínio econômico acima descrito, ainda que a rodovia pudesse superar o mais forte obstáculo natural - a característica acidentada do terreno - que, primeiro, os caminhos do açúcar e depois a ferrovia não puderam fazer.

A Rodovia Anhangüera é, das três estradas construídas no período (Via Dutra e Via Anchieta), a que menos impulsionou a expansão metropolitana, tanto no que diz respeito à indus-

RODOVIAS PRINCIPAIS



trialização quanto à suburbanização residencial. É interessante notar que também a ferrovia São Paulo-Jundiaí, que a ela é contígua à leste, teve também um papel mais modesto nesses aspectos que as demais linhas.

As razões para esta coincidência podem ser encontradas nas condições topográficas, pouco propícias à implantação de loteamentos urbanos e industriais, associada a uma modalidade rentável de uso do solo - a ocupação agro-industrial e extrativa. É o caso das indústrias que se localizam nesse eixo como a Melhoramentos (papel), a Perus (cimento) e a Gato Preto (cal) que ocupam extensas áreas dos municípios de Caieiras, Cajamar e Parnaíba, determinando a produção rural da região vizinha e, desta forma, não colocam estas áreas como disponíveis à especulação imobiliária, o que pode ser comprovado pelos dados referentes ao tipo de ocupação industrial expressos na tabela 1.

Santana de Parnaíba, que até meados da década de 50 permanece com seu contorno tradicional, que não se alterou substancialmente desde o século XIX - núcleo urbano restrito ao centro histórico e área rural destinada prioritariamente à produção agrícola de subsistência, conforme pode-se observar na tabela 2 - começa, a partir de então, a passar por modificações que vão alterar profundamente sua composição populacional, ocupação espacial e uso da terra.

Em um primeiro momento trata-se da incorporação da área rural do município, ainda que em escala restrita, pelas camadas altas da população paulistana, para fins de recreio, iniciando assim um processo de suburbanização de Parnaíba nos moldes que se desenvolve também em áreas contíguas à capital, como aquelas localizadas no eixo da Rodovia Régis Bittencourt (11). Esta dinâmica tem seu início estimulada pela abertura da Via Anhangüera e se intensifica, posteriormente, com a abertura

da Rodovia Castelo Branco que reduz ainda mais a distância entre Parnaíba e São Paulo.

No município, as obras de elevação da barragem da Usina Edgard de Souza, na década de 50, são também responsáveis por modificações em sua estrutura urbana. Essa obra vai exigir a inundação de parte do centro urbano, inclusive de uma das áreas mais antigas, onde presumivelmente se localizava a fazenda de Suzana Dias, que deu origem à cidade. Esta iniciativa vai de um lado, promover um novo período de animação econômica representado pela vinda de operários que, em grande número acabam por se fixar na cidade e, por outro lado, vai provocar um fluxo de migração da zona rural para a urbana em função da possibilidade de emprego nas obras da usina.

Esta situação vai levar a municipalidade a doar terrenos na área contígua ao centro - a Vila Nova - para atender a demanda de moradias criada em função do acima descrito. É também de meados da década de 50 a instalação do ensino de segundo grau no município.

É, entretanto, a partir da década de 70 que esse processo de transformação toma impulso e modifica radicalmente a feição do município.

A região da Grande São Paulo, inicialmente o maior polo de concentração industrial, se expande e conhece, a partir de 1970, um sensível processo de descentralização industrial. Este fato é resultado do crescimento industrial que afetou as indústrias já instaladas. Não podendo compatibilizar o seu crescimento com aquelas vantagens presentes quando da época de sua instalação, essas empresas, para fugirem de custos insuportáveis, não tiveram outra solução senão a mudança para locais dotados, se possível, das mesmas vantagens iniciais: facilidade de acesso viário, baixo preço do terreno, incenti-

vos ou isenções fiscais, existência ou possibilidade de implantação rápida de infra-estrutura básica e existência de matéria-prima e mão-de-obra.

Era natural que essas vantagens estivessem concentradas em áreas próximas à capital, especialmente ao longo dos eixos rodoviários de primeira grandeza, como a Via Dutra e a Rodovia Castelo Branco. Outro fator de atração era que essas regiões já se constituíam em centros habitacionais que supriam as indústrias.

A região contígua a Santana de Parnaíba corresponde a essa localização típica, notadamente ao longo da Rodovia Castelo Branco, onde se percebe toda essa gama de atrativos que tem norteado tal movimento de descentralização do parque industrial.

Parnaíba, por sua vez, não tem ficado à margem desse processo. Porém, não dispendo de condições plenas para a atração industrial, sofre essa dinâmica com características singulares.

O não-preenchimento dessas condições diz respeito especialmente às dificuldades de instalação de um núcleo habitacional que atenda às necessidades das novas indústrias e que possa, na mesma medida, criar um mercado de trabalho na cidade. Esta seria uma das condições pré-existentes acima apontada como fator de atração para o estabelecimento das indústrias.

Ocorrem no município, duas tendências opostas no que diz respeito às conseqüências da instalação industrial. A primeira, na SP 312 - Estrada dos Romeiros - asfaltada na década de 70, ligando Parnaíba à Rodovia Castelo Branco, tem como característica o fato de que, nas indústrias localizadas nesse eixo, o pessoal em grande parte, não habita a cidade. São

pequenas e médias empresas que preferem, sempre que possível, conservar nos novos núcleos de produção o seu pessoal, principalmente aquele mais qualificado. Este fato não é desprovido de benefícios para o município, já que há um aumento significativo da arrecadação tributária sem a pressão de demanda por serviços públicos, o que ocorreria se o impacto demográfico fosse muito forte. Essa situação também se explica, sem dúvida, pelas ótimas condições da Via SP 312 - acesso da Rodovia Castelo Branco ao município.

O segundo eixo, constituído pela estrada Tenente Marques da Silva, ligação do município com a Via Anhanguera, possui outras características. Além de contar há muito tempo com unidades produtivas tradicionais, especialmente os frigoríficos, a instalação de novas indústrias ali determinou o surgimento de núcleos habitacionais, na sua maioria de caráter precário. Em maior proporção nesta área, o pessoal ocupado nas indústrias habita o local, tendo sido este fator o maior responsável pelo aumento populacional ocorrido a partir de 1975 (ver tabela 3).

Assim, apesar de minimizar o impacto sobre o centro urbano, o surgimento desses núcleos passa a exigir do poder público maior dotação de serviços. Nos dois eixos, portanto, residem os focos de aumento populacional já que estes abrigam a maior fonte de empregos do município, gerados, principalmente, pela indústria de transformação (ver tabela 4). O aumento populacional indica, sobretudo, um momento de recuperação econômica, refletido também nas taxas de arrecadação que, mesmo descontada a inflação do período, é superior a 100% - (12).

Esse aumento populacional também evidencia o processo de descentralização industrial que se caracteriza por determinados picos seguidos de um abrandamento, até que outra mudança de

uma nova empresa provoque novo aumento de empregos.

É então esse conjunto de fatores - aumento de população, surgimento de loteamentos populares, desagregação da agricultura de subsistência, especulação imobiliária e paulatina transformação do centro urbano em subúrbio das camadas altas paulistanas - que caracteriza a incorporação de Parnaíba à Grande São Paulo.

Hoje, portanto, o município apresenta contornos diversos, que se expressam também em sua ocupação espacial: traços de cidade dormitório, bairros de periferia, áreas de chácaras de lazer que coexistem com as características de pequena cidade do interior.

Os maiores núcleos populacionais estão localizados respectivamente na Estrada dos Romeiros e na Tenente Marques da Silva. O Jardim Izaura é um bairro dormitório para a população que trabalha principalmente em Barueri e Osasco. A população que reside no outro núcleo - o mais populoso do município - a Fazendazinha, se divide entre as indústrias existentes no local e aquelas do município de Cajamar, principalmente a Perus. Há também a presença do Alfa Ville - loteamento de alta classe, situado na Rodovia Castelo Branco - que, apesar de ter cinco de suas unidades residenciais no município, não tem qualquer ligação ou acesso a ele.

O centro urbano, correspondendo à área histórica do município, não passou por modificações profundas, já que não tem possibilidades físicas de expansão. A área contígua a ele, entretanto, acima da Vila Nova, cresceu e tem crescido em função de novos loteamentos - Jardim São Luis e Jardim Degui, respectivamente, de 1974 e 1970; 90% do primeiro foi vendido para compradores de São Paulo e, do segundo, 60% para São Paulo e 40% para Parnaíba.



VILA NOVA
Jd. SÃO LUIS
Jd. DENGUE
Jd. BENOR

CENTRO
HISTÓRICO

FAZENDINHA

Jd.
ISAUZA

ESTRADA
TENENTE MARQUES

ESTRADA
DOS ROMEIROS

— ESTRADAS
~~~ Limites Aproximados dos Bairros

Assim, a própria conformação topográfica do sítio onde se instala a cidade e, principalmente, as características que marcam o surgimento dos novos núcleos e a gradativa transformação do centro histórico em subúrbio de alta classe refletem uma hierarquização espacial que vai alimentar a tensão existente entre "as famílias antigas" e os "de fora", assim como as diferentes representações acerca da cidade que esses grupos elaboram e que permeia a disputa pelo poder e recursos econômicos. Esta estratificação espacial somada à história da cidade e, portanto, à história das famílias antigas, dos "parnaibanos", é que vai fornecer o eixo explicativo da constituição e transmissão de alguns valores e significados que se articulam em torno de Parnaíba como "cidade histórica".

Tabela 1

Pessoal e Estabelecimentos Industriais - Dezembro de 1962

| População<br>Total<br>(A) | Pessoal das in-<br>dústrias locais<br>(B) | B/A<br>% | Nº de<br>Estab.<br>(C) | Média<br>Pessoal/Ind.<br>B/C |
|---------------------------|-------------------------------------------|----------|------------------------|------------------------------|
| 5 312                     | 459                                       | 8,6      | 14                     | 32,8                         |

| Principal categoria ind.-Minerais não<br>Metálicos |                |          | Outras categorias<br>importantes : |
|----------------------------------------------------|----------------|----------|------------------------------------|
| Nº de<br>Estab.                                    | Pessoal<br>(D) | D/B<br>% |                                    |
| 11                                                 | 395            | 86,0     | Papel e Papelão                    |

Fonte: Langebuch, op. cit p.21

Tabela 2

Distribuição de População - 1960

| População<br>Total | Área<br>Km <sup>2</sup> | Hab/Km <sup>2</sup> | População<br>Urbana | Pop. urb./<br>total<br>% | População<br>Rural |
|--------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|--------------------------|--------------------|
| 5 244              | 179                     | 29                  | 1 467               | 28,0                     | 3 777              |

Fonte: Langebuch, op. cit. p.21

Tabela 3

Evolução Demográfica

1960/ 1980

| ANO       | 1960  | 1967  | 1970  | 1975  | 1980   |
|-----------|-------|-------|-------|-------|--------|
| POPULAÇÃO | 5 122 | 6 221 | 5 428 | 7 104 | 10 096 |

Fonte: FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

População Residente em 1970, Recenseada e Residente em 1980

| População residente 1970 | População recenseada em 1980 |                     |          |                | Taxa de Crescimento Anual * |
|--------------------------|------------------------------|---------------------|----------|----------------|-----------------------------|
|                          | Total                        | População Residente |          | Não Residentes |                             |
|                          |                              | Homens              | Mulheres | Presentes      |                             |
| 5 428                    | 10 096                       | 5 211               | 4 859    | 26             | 6,37                        |

\* Taxa média geométrica de incremento anual da população residente.

Fonte: FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 4

Estabelecimentos Industriais

| Gêneros                                       | 1970      | 1973 *    | 1975      | 1980**    |
|-----------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1. Extrativas                                 | 8         | 4         | 3         | 3         |
| 2. Transformação                              | 11        | 14        | 14        | 17        |
| 3. Metalurgia                                 | -         | 1         | 4         | 9         |
| 4. Mecânica                                   | -         | 1         | 4         | 6         |
| 5. Material Elé-<br>trico e Comu-<br>nicações | -         | 1         | 2         | 3         |
| 6. Mobiliário                                 | 1         | 1         | 1         | 2         |
| 7. Papel e Papelão                            | 1         | 2         | 3         | 6         |
| 8. Química                                    | 1         | 1         | 1         | 2         |
| 9. Produtos Alimentares                       | 2         | 2         | 2         | 7         |
| 10. Diversos                                  | 7         | 5         | 10        | 20        |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>31</b> | <b>32</b> | <b>44</b> | <b>75</b> |

Fonte : FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

\* Secretaria de Planejamento - Prognóstico da 1ª Região Administrativa - 1975.

\*\* ELETROPAULO

NOTAS:

(1) - Os dados primários assim como parte das referências deste ítem foram processados a partir de :

MARTINS, Ana Luiza. Parnaíba, uma possível periodização. Relatório de pesquisa do CONDEPHAAT, 1983 e METCALF, Alida. Families of planters, peasants and slaves : strategies for survival in Santana do Parnaíba, Brazil 1720-1820. Tese de doutorado na University of Texas, 1983

(2) - CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. História de Santana de Parnaíba. São Paulo, s.d.

(3) - METCALF, Alida. op. cit. pp. 116-198

(4) - A lei portuguesa que neste período regia o sistema de partilhas determinava a divisão dos bens em partes iguais entre todos os herdeiros. A transmissão da propriedade para uma filha por ocasião do casamento, através do dote, era um subterfúgio utilizado para burlar essa lei e impedir a divisão das terras.

(5) - CANABRAVA, Alice P. "A evolução das posturas municipais de Sant'Ana de Parnaíba, 1829-1867" in: Revista de Administração março de 1949, São Paulo pp.51-52 e anexos

(6) - LANGENBUCH, J. Richard. A estruturação da Grande São Paulo - estudo de geografia urbana. Tese de doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1968

(7) - LANGENBUCH, J. Richard. op. cit. p. 203

(8) - Idem p. 243

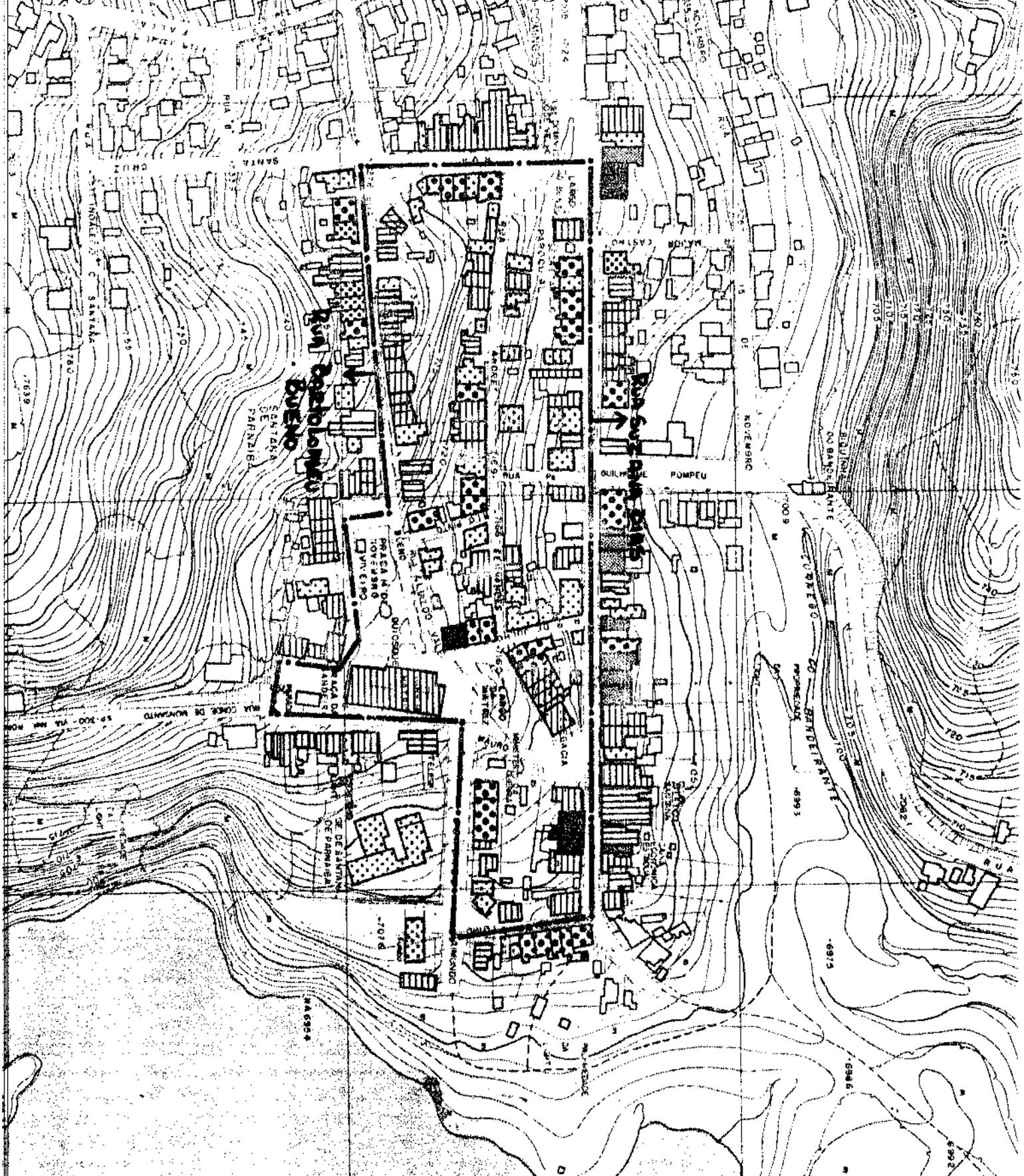
(9) - ELETROPAULO. História e energia, nº 1. São Paulo, maio 1986 p.61

(10) - Inventário- Correspondência da Diretoria (1889-1971). ELETRPAULO - Departamento de Patrimônio Histórico sub-séries

22 e 40; Old Correspondence Mr. Balsley (1903-1907). ELETRO-PAULO - Divisão de Retenção e Recuperação de Documentos ; Letters from Parnaíba (1907-1909). op. cit. e Miscellaneous (1909-1935) . op. cit.

(11) - FELDMAN-BIANCO, Bela. The petty supporters of a stratified order : the economic entrepreneurs of Matriz, São Paulo, Brazil. Tese de doutorado na Columbia University, 1981

(12) - O ICM do município passa em 1978 de Cr\$ 7.756.000 para Cr\$ 22.341.000 em 1979, acusando um aumento da ordem de 200%. Dados da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).



LEGENDA

-  ANTERIORES A 1750
-  DE 1750 a 1800
-  DE 1800 a 1850
-  DE 1850 a 1890
-  DE 1890 a 1950
-  POSTERIORES A 1950
-  LIMITE DO CENTRO HISTÓRICO



0 50 100 200m  
 BASE CARTOGRÁFICA : GERMAN - ESC. 1/2000

## CAPÍTULO II - O CENÁRIO E OS ATORES

O objetivo desse capítulo é perceber, através dos depoimentos dos moradores e da observação das festas da cidade, quais são os códigos que orientam a dinâmica entre os diversos grupos analisados, a partir das categorias que eles próprios elaboram.

Os eixos básicos da discussão giram em torno das diferentes maneiras de conceber a cidade e daquilo que é definido por cada grupo como seu patrimônio cultural.

### 1 - O Centro Histórico

A chegada a Santana de Parnaíba revela, de imediato, alguns contrastes com a Capital. A apenas 40km de São Paulo depara-se com um núcleo relativamente preservado - "colonial", aos olhos dos leigos - e também com um dos trechos de maior poluição do rio Tietê, presente nas espumas brancas e no mau cheiro.

A cidade se estende do rio - separada dele pela estrada - em direção oeste. Logo na entrada avista-se a Matriz e a Praça 14 de Novembro (data de aniversário do município). No Largo da Matriz estão situados dois de seus prédios mais antigos, do século XVII: o da Biblioteca Municipal Antonio Branco e o do Museu Casa do Anhangüera. Em frente à Matriz estão a Delegacia, a Câmara Municipal e uma agência da Caixa Econômica Federal.

Da lateral da igreja saem as três ruas "históricas": Rua de Cima, do Meio e de Baixo ou, respectivamente, Bartolomeu Bu-

eno, André Fernandes e Suzana Dias. No outro extremo desta última localiza-se o Largo São Bento. Basicamente é essa a área tombada que inclui também a Rua Santa Cruz além de algumas poucas travessas e becos. Também é esse recorte da cidade que corresponde ao seu espaço de formação inicial por volta de meados do século XVII. É nesse período que se definem os dois polos de seu eixo urbano - a Capela de Sant'Anna, no local da atual Matriz e, no outro extremo, o Mosteiro de São Bento próximo ao largo de mesmo nome. E, do começo do século XVIII já há registros da existência das três ruas, um dos pontos de maior interesse de Parnaíba, já que ela se configura como o único núcleo do estado que conserva visível seu traçado urbano original.

Do Largo São Bento avista-se os bairros novos, próximos ao centro, que surgiram em função do desenvolvimento recente do município: Vila Nova, Jardim Benoá, Jardim Degui e Jardim São Luis.

No centro, o comércio é reduzido, restrito a bares, mercearias, armarinhos, farmácia e um supermercado já no limite com a Vila Nova. É ali que também estão situadas as duas escolas públicas da área urbana, de primeiro e segundo graus, o Centro de Saúde, a Santa Casa, a Creche Municipal, duas igrejas protestantes e um centro espírita.

Entretanto, o que mais chama a atenção é a ausência de movimento. São poucos os carros circulando e as ruas estão quase sempre desertas. É um lugar de velhos e de moradores de fim-de-semana. As janelas são o posto de observação e de vigilância. A vida transcorre dentro das casas. Enfim, o centro histórico lembra um cenário em um palco vazio. Mas, sem dúvida, trata-se apenas da primeira impressão, daquilo que se vê olhando de fora. É necessário conhecer os "personagens" dessa história.

Os "de dentro"

Os primeiros contatos foram feitos com antigos moradores, a partir de alguns nomes que se dispunha, em função de um trabalho anterior realizado na cidade (1).

Em decorrência desses, a rede foi se ampliando de modo que cada entrevistado sugeria o nome de outro para tratar de temas específicos que ele não soubesse relatar.

Havia, então, o contador de casos, aquela que sabia sobre as festas, o historiador local, o especialista no folclore, a que reunia receitas da culinária tradicional e assim por diante.

Dessa maneira foram emergindo do grupo, os seus porta-vozes, que eram também os "portadores de memória", em um processo onde, "vê-se tecer, para além dos homens, uma malha de memórias parciais ou especializadas que se completam, se cruzando, se recortando e se hierarquizando também" (2).

As entrevistas eram iniciadas com uma pergunta geral que se referia ao interesse em conhecer um pouco sobre a vida na cidade.

As respostas, entretanto, em sua quase totalidade, versavam sobre essa vida no passado. Do presente só falavam através da negação, do que já havia sido destruído, das ausências, -

daquilo que hoje não há mais. Esses velhos, na verdade, funcionam como o suporte da memória coletiva dos parnaibanos, de um tempo nem tão distante assim, anterior às modificações que tem ocorrido no município, às quais nos referimos anteriormente. Assim, o passado surge na memória dessas pessoas como algo idealizado, como um tempo onde tudo parecia funcionar harmonicamente e onde todos tinham seu lugar.

"Antigamente aqui eram só três ruas, todo mundo se conhecia, a população era estável. Era uma sociedade fechada, assim desconfiada com gente de fora, todo mundo se achava melhor, auto-suficiente. (...) Aquela Parnaíba de antes, não tem mais, aquela Parnaíba que era da gente, o tempo que a cidade era da gente, não tem mais..."

D. Isaura, 68 anos (3)

"O povo antigo era mais alegre, dava-se mais risada, era mais vivo. Nós tivemos muita coisa boa, grêmios de teatro, cinema, bailes...Parnaíba era assim, bom de viver."

Sr. Nonato, 79 anos

"Eram três ruas, todos eram família, a cidade inteira, eram todos iguais, não tinha diferente, não tinha gente rica e gente pobre. Eram todos família, era uma família só e o modo de vida era igual para todos."

D. Bia, 69 anos

Esses aspectos de um outro tempo, do "antigamente" são realçados pela descrição das festas que permeia sempre seus discursos.

"Naquele tempo era gostoso, as festas eram muito bonitas, tinha barraca e cada barraca

tinha seu grupo uniformizado, diferente. Então tinha cinco, seis barracas e era cinco, seis grupos uniformizados e cada um escolhia o uniforme, a cor, o modelo, tudinho como queria. E então, um escondia do outro, não queria que o outro soubesse essas coisas assim, quando chegava o dia era pra ser surpresa..."

D. Maria, 72 anos

"Tinha quermesse, a quermesse era movimentada; tinha congada, tinha pau-de-sebo, lei-lão com aqueles bichos, aí tinha bolo, tinha porco, cabrito. Nas festas do Jardim tinha bicho que os sitiante traziam, principalmente na festa de São Sebastião, que é ele que protege os animais, então todo sitiante dava um bicho prá São Sebastião, que era pra ele guardar os animais, proteger. Então, quando era festa dele, cada sitiante trazia um, ou era galinha, porco, cabrito, bezerro..."

Tinha muita festa, todo sábado tinha, quando não era na casa de um era na casa do outro, quando não era festa de São João, Santo Antonio, sei lá, nas capelinhas tinha muita festa. Aqui tinha muita capelinha, tudo quanto era capelinha tinha festa, tinha missa rezada pelo capelão e depois do terço tinha baile. Chegava o sanfoneiro, sentava ali e varava a noite, o pessoal achava com o que se divertir."

D. Margarida, 65 anos

Também esse tempo corresponde a um momento da cidade marcado ainda pela agricultura de subsistência quando são fortes as referências às formas de sociabilidade daí decorrentes. É interessante comparar esses depoimentos com as observações de Antonio Cândido em "Os Parceiros do Rio Bonito"(4), quando descreve as marcas que o bandeirismo deixou no caipira paulista que é visto como reservado, desconfiado e preguiçoso. Na verdade essas características se referem às formas de organização que

foram então geradas com o apoio na vizinhança, na igualdade de meios de subsistência, na ausência de ambição de melhoria técnica, marcadas por uma outra organização de tempo e de trabalho quando as festas e o lazer eram socialmente necessários.

"Tinha mutirão pra roçar o pasto, então convidava a vizinhança toda, vinha uns vinte, trinta homens, daí iam roçar o pasto. Prá eles era uma festa porque sozinho é difícil mas num bando, cada um com uma foice, em três tempos roçavam tudo e à noite tinha baile. Todo mundo ia pra casa tomar banho e aí voltava e aí tinha o sanfoneiro e as moças tavam convidadas e aí ficava dançando e a comida era nessas latas de querosene porque a gente não tinha panelão, então a comida era feita no latão, carne seca com batatas, feijão, arroz, couve rasgada."

D.Margarida

"Parnaibano é indolente, não gosta de trabalhar."

Sr. Nonato

A cidade aparece nesses depoimentos como o local de reuniões e de festas, seguindo talvez uma vocação histórica, já que até fins do século XIX, não há, pela análise da documentação disponível, relatos de vida urbana. A vida efetivamente se passava nas fazendas.

"A cidade não tinha tanta gente como tem hoje, porque o meio de vida era o boteco ou a roça, o sítio. Essa gente morava tudo nos terrenos fora, nos sítios, sabe? Só vinha na cidade sábado e domingo prá assistir missa. Vinha sábado, pousava, domingo de tarde ia embora pro sítio outra vez, prá trabalhar lá. A casa aqui eles davam prá gente morar, prá não ficar vazia, ficar fechada porque casa fechada estraga né? Então eles davam prá uma pessoa...Oh! você fica morando lá,

toma conta da minha casa. E só vinham sábado e domingo. Prá não estragar a casa eles davam prá pessoas morarem, ninguém alugava casa".

Sr. Francisco

Outro traço a ser destacado na descrição que fazem do passado é aquele relacionado aos componentes míticos que compõem sua história. Assim, uma das duas casas mais antigas da cidade tem como nome "Casa do Anhangüera" onde, atualmente, funciona um museu que tomou o mesmo nome, apesar de não haver referência histórica segura relativa à presença do Anhnagüera em Parnaíba. Na outra casa, onde está hoje instalada a biblioteca municipal e o centro de artesanato, a história contada por todos é que seria uma das casas da Marquesa de Santos para seus encontros com D. Pedro. Além destes, há histórias sobre a Matriz onde se diz haver ouro enterrado e guardado em túneis subterrâneos.

Enfim, são essas referências, míticas ou fragmentadas, as aproximações que são feitas com a história mais ampla; as restantes dizem respeito ao "antigamente", ao "naquele tempo" e seu foco é restrito, particular, dado pela seleção e pelo trabalho de refação desse passado que é realizado quando os velhos lembram (5).

Entretanto, a destruição desse universo é sentida de maneira difusa pela chegada do "progresso" personificado nos "de fora", os agentes da transformação.

"Antigamente era tudo família, não podia falar mal de ninguém que era como mexer num vespeiro. Agora tá cheio de gente esquisita, foi por volta de 1960 que veio essa baianada prá indústrias e não parou mais de chegar gente de fora. Agora a gente já não conhece mais ninguém..."

Tico, 70 anos

Esse sentimento em relação aos forasteiros se acentua quando

se pergunta a eles sobre a possibilidade de se mudarem para um bairro novo.

"Deus me livre! A Vila Nova só tem gente desconhecida, de fora, tem poucos moradores antigos."

D. Maria

Portanto, são esses elementos - a importância do passado, o significado das famílias, das festas, da Parnaíba de "antes" - que definem o "ser parnaibano". E é esse discurso dos velhos que, em síntese, vai estar presente em todos os parnaibanos residentes no centro histórico. E é também no discurso deles que não se encontra o que era esperado: referências ao patrimônio edificado. Elas não aparecem na descrição desse passado altamente valorizado e nem tampouco nas transformações ocorridas na cidade recentemente, à exceção dos espaços públicos como a Matriz, o Jardim e as três ruas. A impressão que se tem é que esse patrimônio não existe, não tem significado ou importância para eles. A recorrência marcante no discurso deles, como vimos, é a referência às formas de sociabilidade anteriores, quando da existência apenas de parnaibanos na cidade.

Somente os jovens e aqueles velhos, que durante algumas décadas viveram em outra cidade, se manifestam em relação ao aspecto físico da cidade.

Nos velhos que saíram e voltaram, sua ausência durante alguns anos se justifica em razão das poucas condições de vida e de trabalho que a cidade oferecia. O período anterior à instalação de indústrias no município é marcado por um mercado de trabalho restrito, sendo o comércio e o trabalho rural as únicas opções. Portanto, essa situação obrigou muitos a saírem e só voltarem posteriormente, quando aposentados.

"Eu gosto de Parnaíba, dessa calma, desse sossego, da tranquilidade. Desde que saí, quando casei, sempre quis voltar, só estava esperando meu marido se aposentar. Tinha saudade de tudo...essa casa, foi dos meus avós, depois do meu pai e agora minha. Minha família é toda daqui. (...) O centrinho não mudou, a não ser umas demolições que fizeram, estragaram muito, muita coisa antiga, casas velhas, bonitas, derrubaram, reformaram, reformas sem critério, mas ainda ficou muita coisa."

D. Alice, 70 anos

"A cidade enfeiou, agora tão dando uma ajeitada, estão começando uma retomada. Hoje eles são incapazes de derrubar uma casa, o Patrimônio não deixa mais, agora todo mundo que faz casa, já faz com arco e tudo, o colonial né? O Petit foi o pioneiro aqui em matéria de conservar o antigo. Essa coisa de antigüidade, ele é uma pessoa empenhada, é uma coisa mais de cultura, é essa gente que veio de fora que conserva."

D. Inês, 68 anos

Também são eles que fazem uma associação entre preservação e "atraso" e colocam a preocupação com a preservação como algo inútil já que o passado, o que era "bom", já foi destruído.

"O povo daqui não gostava dessas coisas velhas porque Parnaíba não ia adiante de jeito nenhum, então, eles começaram a demolir tudo que era casa velha, que eles achavam que o atraso de Parnaíba é essa coisa velha, queriam que modernizasse tudo isso aqui prá ver se adiantava (...) Parnaíba mudou muito, tem muita gente de fora. Eu não sei o que querem com Parnaíba, inventaram um tal de turismo aqui. Não tem nada em Parnaíba prá se ver. Ver rua, que graça tem... Parnaíba não tem nada, tem um rio fedorento, é uma cidade igual às outras.

Quem inventou esse negócio de turismo foi esse pessoal de fora que chegou aqui, mas eu vi, o que eles querem é defender os interesses deles, é um francês, um jornalista, gente de publicidade... mas aqui não tem mais nada, o que tinha já foi destruído."

Sr. Dias, 82 anos

Já os jovens que não vivenciaram a história anterior, mas são filhos de algumas gerações de Parnaíba, valorizam na mesma medida o eixo fundamental revelado no depoimento dos velhos.

"A Ana não é daqui, quer dizer, ela nasceu aqui mas os pais dela são de fora."

Tina, 18 anos

Parnaíba é uma cidade que não lhes oferece muitas opções de lazer, trabalho e comércio e uma grande parte desses jovens estuda e/ou trabalha em Osasco, Barueri ou São Paulo. E é através da comparação com essas cidades que definem Santana de Parnaíba.

"Eu gosto de Parnaíba, é pequena, eu gosto do jeito como ela é, não é igual a Osasco que tem tudo feio; aqui não, é casinha perto de casinha, principalmente as coloniais."

Vera, 21 anos

"Eu não tenho vontade de sair daqui, as vezes eu penso em ir prá São Paulo, mas eu não ia gostar...eu gosto daqui, aqui eu conheço todo mundo, já estou acostumada."

Helena, 19 anos

Assim, tanto os jovens como os velhos, que viveram fora de Parnaíba e retornaram, valorizam os mesmos aspectos apontados nos depoimentos daqueles velhos que sempre viveram na cidade, ainda que tenham, além da história familiar, uma outra alternativa para expressar a imagem da cidade - a comparação com outros centros urbanos.

Portanto, se poderia falar, em relação a esse grupo, da existência de uma memória coletiva, onde "cada memória individual participa, a seu modo, de uma memória do grupo, a qual não tem existência própria, mas vive do conjunto de todas as memórias, por sua vez, únicas e solidárias" (6).

### Os "de fora".

Os "de fora" não constituem um grupo homogêneo, na verdade, essa condição de grupo só é dada em oposição ao ser parnaibano, ao ser "de dentro" que esses últimos lhes conferem ao se diferenciarem dos primeiros.

Ainda assim, pôde-se perceber, no decorrer das entrevistas, divisões nesse "grupo" no que se refere às diferentes maneiras de valorizar a cidade, razões de mudança para Parnaíba, inserção na vida social local e projetos para a cidade.

Haveria então, um grupo que se fixou em Santana de Parnaíba devido à sua proximidade com São Paulo e à própria existência do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade. E, outro, mais disperso, que se mudou para lá por razões diversas, em geral de âmbito profissional - transferência, concurso público e etc.

O primeiro é aquele composto por artistas plásticos que dependem de outra atividade para a sua subsistência, em sua maioria são professores de 1º e 2º graus, além de alguns profissionais liberais. Também compõem esse grupo pessoas da alta burguesia paulistana - publicitários e industriais - que compraram casas antigas e as restauraram e, que na maioria dos casos, as utilizam como segunda residência.

Esse grupo evoca para si o papel de agentes culturais da cidade, de maneira mais ampla no caso dos artistas e mais restrita à preservação no caso daqueles que restauraram as casas. Para os artistas, a tendência da cidade era se transformar em cidade dormitório, totalmente voltada para São Paulo. Isto não se concretizou, segundo eles, pela própria atuação do grupo que organiza feiras de arte e exposições no museu e que criou um grupo de teatro amador. Em oposição, eles colocam o

parnaibano como o responsável tanto pela destruição já ocorrida no patrimônio edificado como pela inércia cultural, difícil de romper, que existe na cidade.

"Parnaíba é uma cidade tranqüila, gostosa de se morar...é calma, todo mundo se conhece. É uma cidade bonita, de valor histórico, agora tá cheio de construções aqui que não tem nada a ver...para a população daqui tanto faz se encher de prédios, ninguém tá nem aí, eles não querem é que mexam com eles, querem sossego. Parnaibano é acomodado, não faz nada, é só o pessoal de fora que faz as coisas aqui."

Edú, artista, 33 anos

"O pessoal daqui não dá, veja a diferença de Paraty, Ouro Preto...não tem o menor senso de proporção, é um horror ... o pessoal daqui é inculto, grosseiro, não entende nada."

Emílio, publicitário, 48 anos

Conhecem os órgãos de preservação que atuam na cidade e os criticam de maneiras diferentes.

"Acho que uma coisa que assustou o parnaibano foi essa posição do Condephaat e da Sphan, de que: 'vocês tem uma coisa valiosa na mão e não percebem isso'. Eu acho que isso assustou, assustou numa boa, né? De repente, ele olhou pra parede dele e falou:Meu Deus! o que foi que eu fiz! eu arranquei minha janela e botei uma vidraça e agora o pessoal veio falar que eu botei fora! Eu acho que assustou, de repente ele não compreendeu bem o que aconteceu, porque quando as vidraças surgiram era muito mais bonito, mais transado e aí eles trocaram tudo. E agora vem o pessoal falar que não era bem assim..."

André, artista, 40 anos

"O Estado precisaria fazer uma intervenção

definitiva em Parnaíba. Considerá-la monumento paulista, cuidar do núcleo histórico e a 5 km à volta dele, impedindo indústrias, tudo...Parnaíba não tem mais jeito, nós colocamos milhões aqui e agora não dá mais, daqui a três anos vai ser igual a Barueri."

Bruno, industrial, 55 anos

Através dos depoimentos, expressam também os seus projetos para a cidade. Para os artistas a preocupação com a preservação diz respeito à possibilidade de Parnaíba vir a se tornar uma cidade turística o que permitiria a divulgação de seus trabalhos, uma vez que boa parte deles utiliza a cidade histórica" como tema.

Para os que investiram na restauração de suas casas, o sonho era transformar Parnaíba na "Paraty paulista", projeto esse que parece ter fracassado dado o crescimento populacional e espacial da cidade.

Portanto, apesar de também valorizarem, no discurso, o tipo de relações sociais que existe em cidades pequenas onde "todos se conhecem", observa-se que esse grupo acaba por se relacionar efetivamente apenas entre seus membros. No caso dos artistas, é rara a presença de parnaibanos nos eventos que organizam, como também são ainda mais raros os parnaibanos que conhecem as casas restauradas. A preocupação com a cidade privilegia seu aspecto físico, é o cenário que interessa excluindo-se a vida que nele acontece.

O segundo grupo entre os "de fora" do centro histórico é constituído basicamente por donas de casa, comerciantes e funcionários de empresas da região, estando, portanto, integrado ao cotidiano da cidade.

O tema recorrente nas conversas com essas pessoas foi a dificuldade de adaptação à cidade e, justamente por terem maior

contato com os parnaibanos, são eles que mais expressam a condição de ser "de fora".

"A vida aqui foi difícil no começo, mais difícil ainda foi a recepção aqui. O povo aqui não encara você assim como uma pessoa que tá vindo prá fazer o bem, ele olha meio desconfiado... levou um ano prá uma daqui me cumprimentar (...)  
Uma das primeiras reuniões aqui na escola, uma das professoras aqui da cidade me olhou e disse: mais uma forasteira na cidade... Eles são só entre eles, só entre a família deles, só se for parente... é assim aqui: por que eu nasci aqui, meu avô, meu bisavô, meu tataravô, a família toda, desde os primeiros, porque eu sou fulano de tal, o nome! O nome é muito importante aqui... se você conseguir penetrar em uma família, sintase vitoriosa."

Terezinha, 45 anos

"É muito diferente se você vem só prá passar, aí tudo bem, sorrisos, cafezinho, etc. Agora, quando você diz que veio prá ficar, aí muda tudo... No começo foi horrível, eles são muito fechados, sofri muito, ficou uma marca."

Carmem, 37 anos

Também em relação ao parnaibano a imagem é a mesma que os outros "de fora" têm.

"Parnaibano é acomodado, não participa de nada, não tem iniciativa, eles não brigam pelo que é deles, pelo direito deles."

Carmem

"Os parnaibanos em termos de cultura, eles não valorizam a cidade. Eu acho que quem dá mais valor prá essas coisas de Parnaíba, para as construções daqui, são as pessoas que saíram quando pequenas e foram educadas em outro lugar e voltaram para cá,

aí sim. O resto, gosta porque tem, porque que é deles, porque pertenceram aos antepassados deles."

Terezinha

"O parnaibano é desconfiado, meu marido fala que aqui até as janelas são fechadas. Eles não abrem as janelas, espiam pelas frestas, eles tem esse costume... Eles são fechados, foi muito difícil fazer amizade e olha que eu estou aqui há quantos anos? e não sei se essas amizades que eu consegui são sólidas."

Julita, 41 anos

Além disso as colocações apontam para a existência de regras de comportamento para a entrada no mundo parnaibano e para a presença de um forte controle social exercido por eles.

"Eu acho que tem um código mesmo, tem regras que você tem que cumprir para ser aceito... eu não gostava de Carnaval, Corpus Christi, essas coisas, mas aqui você tem que gostar, tem que se envolver, senão fica de fora."

Terezinha

"Se uma pessoa de fora - quer dizer, que mora aqui né - faz alguma coisinha, eles caem matando. Agora, quando é um deles, aí você não pode falar nada que eles mudam de assunto, como se dissessem: você é de fora, não tem que se meter, e todos são parentes."

Marta, 37 anos

A explicação para todo esse comportamento, segundo a visão dessas pessoas, vem do fato da cidade ter mais de 400 anos e do forte sentimento de pertinência e de "donos" da cidade que os parnaibanos têm.

"Eu atribuo isso ao processo de formação da cidade. Em minha cidade, é assim: to

dos são imigrantes, além do caboclo, é claro. E lá há um entrosamento entre as raças, todo mundo é imigrante, todo mundo veio de longe, então a cidade é prá nós mesmos. Vamos fazer, vamos construir, vamos fazer o progresso dessa terra. Aqui não, aqui quem mandava eram os senhores das terras, os chefes políticos e tinha os escravos, então eu acho que por haver essa hierarquia, essa diferença social, Santana de Parnaíba é assim. Eles são os herdeiros, os donos da terra..."

Marta

Em síntese, como já foi dito, esses moradores não constituem um grupo fechado dentro da cidade tal como o primeiro. Por isso mesmo são eles que sentem e caracterizam mais profundamente o ser "de fora" - "...tem sempre uma parede de vidro, você olha mas não chega perto".

Portanto, entre os "de fora" não se estabelece um discurso dominante, como acontece com os "de dentro", já que tanto sua inserção na sociedade local quanto as representações que elaboram acerca da cidade e dos outros grupos são diferenciadas. O que os unifica é justamente serem qualificados como "forasteiros" pelos parnaibanos, ainda que haja gradações nesse ser "de fora".

## 2 - A Vila Nova

A pesquisa de campo na Vila Nova (7) foi desenvolvida simultaneamente à do centro histórico, com o objetivo de servir de contraponto àquela.

E, também aqui, é o ser "de dentro" ou "de fora" que explica a formação dos grupos e as diferentes representações sobre o patrimônio, a preservação e a cidade.

Os "de dentro" são parnaibanos que, por problemas de partilha de herança aliados à especulação imobiliária, foram expulsos do centro.

Os "de fora" são pessoas oriundas da área rural do município e das cidades vizinhas e de São Paulo. Em sua maioria são trabalhadores sem ou com pequena qualificação profissional.

### Os "de dentro"

Conversar com esses parnaibanos sobre a cidade, significa recuperar fragmentos de sua história onde descrevem o cotidiano, as festas, a importância das famílias, enfim a vida da cidade.

"Antes o pessoal não precisava de nada, e era mais animado. A cidade era muito melhor que agora. No tempo do padre Bruno e do padre Anacleto tinha muita festa. Começava na sexta-feira. Tinha pau-de-sebo, ovo na colher, corrida, congada, tinha muita coisa. Antigamente a banda ia na casa das pessoas, dos festeiros, chamando prá missa. Tinha bastante festeiro."

D.Dalva, 65 anos

"Antigamente era só as famílias daqui, todo

mundo se conhecia...eu sou daqui, minha família toda também, meu marido não, é de fora".

D.Raquel, 68 anos

Assim , para esses parnaibanos da Vila Nova, a importância da cidade está - como para os do centro histórico - centrada na participação das famílias, nas festas, no elemento "vivo". A especificidade que se observa no discurso deles é em relação ao patrimônio edificado. Diferentemente dos do centro, descrevem as casas e acompanham as transformações por que passaram mesmo após tê-las vendido.

"Eu morei lá na cidade, na casa que hoje é do Pierre. Saí quando meus pais morreram, porque eu não tinha condições de comprar a parte do meu irmão e nem ele a minha. Sabe, é casa histórica, tem um valor muito grande. Se não fosse isso eu continuava morando lá até hoje. Tem paredes de taipa, bem grossas, cômodos enormes, era uma beleza. A cozinha era dentro e o banheiro era fora. Quem vê a fachada não dá nada pela casa mas, se você entrar, imagine que hoje tem até piscina. Eu acho que Parnaíba tem que ser preservada. Eu gosto muito daqui e acho que a cidade tem que ficar como está. Não deviam ter deixado construir casas modernas lá no centro."

D.Raquel

Por outro lado, os parnaibanos que vieram da zona rural para a Vila Nova e que portanto não possuíam casas no centro histórico vêm a Vila Nova como o espaço privilegiado da cidade, já que não tem vínculos estreitos com aquelas famílias do centro.

"O centro é muito parado. Ficam todas as casas fechadas. De noite não dá prá andar lá, dá medo. Não tem gente nas ruas, não tem nada. Aqui não, tem música, tem criança. Dizem que daqui a alguns anos o centro vai ser aqui."

D.Dalva

### Os "de fora"

Os "de fora" se expressam acerca da cidade em um discurso onde destacam a descrição das condições de vida na periferia - faltam transportes, hospital, escolas e água; as vias públicas são mal conservadas; os moradores constroem suas próprias casas nas horas vagas; há problemas de desemprego, segurança, etc.

Portanto, trata-se de uma visão radicalmente diferente da dos "de dentro" e centrada na percepção das carências do bairro.

"Não dá prá aceitar que uma cidade tão velha, que dizem que D. Pedro morou, não tenha hospital, escola, ônibus e água. Osasco, Barueri, Carapicuíba que são bem mais novas que Parnaíba, que pertenceram a Parnaíba, tem tudo isso. Agora, aqui não."

Jorge, 34 anos

Na tentativa de solucionar os problemas do bairro e melhorar suas condições, encaminharam várias iniciativas - abaixo-assinados, protestos diante da Prefeitura, etc. Ao mesmo tempo que relatam essas questões, vão delineando a imagem que fazem dos parnaibanos.

"Eu estava pensando em criar uma Sociedade Amigos do Bairro. Lá em São Paulo em todo bairro tem e o pessoal vai mesmo prá Secretarias reclamar. E acaba resolvendo o problema. Mas o pessoal daqui é muito parado."

Beatriz, 29 anos

À imagem do parnaibano passivo, acomodado, acrescenta-se a resistência que fazem aos "de fora".

"Quando eu cheguei aqui, foi difícil me

entrosar com os parnaibanos. São muito desconfiados. Parece que acham que a gente vem aqui se aproveitar deles. Depois de algum tempo, quando descobriram que eu não era nenhum monstro, começaram a me aceitar. Antes era mais difícil."

Adauto, 37 anos

Para eles o centro é passagem para o trabalho ou para a escola e é o local onde se encontram os serviços públicos e as poucas opções de lazer - clube, bar, praça e festas. A referência dominante continua centrada nas carências do bairro ainda que tenham informações esparsas sobre o tombamento da cidade e seu valor histórico.

"Com esse negócio de tombar a cidade, ninguém mais pode alugar casa lá. E prá comprar, muito menos. Pobre não pode morar em Parnaíba. Pra mim não interessa se essa cidade é histórica ou não. O que adianta ela ser antiga se não existem condições prá população? E o povo daqui também não dá valor prá nada."

Jorge

Assim, os "de fora", os novos segmentos de população que se fixam na Vila Nova, elaboram uma imagem da cidade radicalmente diferente das dos outros grupos, centrada apenas no bairro e nas suas dificuldades, já que não possuem nem a história familiar e nem têm acesso à história mais ampla que lhes permitiriam valorizar a cidade a partir de outros critérios.

### 3 - As Festas

Estando já apresentado - seguindo apenas o discurso dos moradores - a divisão e a caracterização interna dos grupos e suas respectivas representações acerca da cidade e dos elementos da história que cada um deles utiliza ou não para definir seu espaço social e compor sua identidade, seria interessante contrapor a esses discursos algumas observações relativas ao comportamento concreto desses grupos no cotidiano da cidade.

A atenção será fixada no calendário anual das festas do município. Esta escolha está relacionada de um lado à referência constante às festas no discurso dos "de dentro" como da do extremamente valorizado do passado perdido. Por outro lado, são elas, que desde o século XVIII, são mencionadas na documentação histórica como um dos elementos que explica a própria existência da Vila de Sant'Anna do Parnahyba, já que, como se viu, a vida se passava, efetivamente, na zona rural.

Além disso, são as festas - principalmente a de Corpus Christi e o Carnaval - que aliadas ao patrimônio histórico, constituem hoje a expressão da cidade para fora, para o turismo.

Em Santana de Parnaíba, é interessante notar que as festas realizadas no centro urbano - que corresponde à maioria delas - abrangem o espaço, seja através das procissões, dos desfiles das escolas de samba ou o local onde se realiza as quermesses que é exatamente aquele da formação original da cidade e atual centro histórico tombado: do Largo da Matriz ao Largo São Bento envolvendo a Praça 14 de Novembro e as ruas de Cima, do Meio e de Baixo, além da rua Santa Cruz.

O calendário de festas do município é o seguinte: São Sebastião

e São Benedito em janeiro; Carnaval; Romaria de Santo Antonio do Súru, dia 17 de junho; Festa de São João da família Chaves; Festa de São João da Vila Nova; festa de Sant'Ana, dia 20 de junho; Festa da Independência dia 7 de setembro e, a festa de Aniversário da Cidade no dia 14 de novembro.

Através dos depoimentos e pela observação das festas pôde-se verificar o grau de participação dos diferentes grupos em cada uma delas assim como a diferença de significados que cada uma expressa e atualiza.

Nesse sentido os "de dentro" assumem a organização das duas festas - Padroeira e 14 de Novembro - que lhes permitem reforçar o mito de origem, de "ser parnaibano", que acaba por se colocar como o repositório dos valores "verdadeiros", "autênticos", que hoje estão ameaçados. As festas definem um tempo cíclico, repetitivo, permitindo assegurar algumas permanências tais como a idéia de serem os "donos da cidade" e de serem a essência de Parnaíba, no momento em que essas atualizam simbolicamente esses valores e dão continuidade ao passado.

Para os "de fora" elas são uma das regras de entrada no universo parnaibano, no permitido, que é o espaço público. Assim os "de fora" do centro histórico abrem caminho mostrando a Parnaíba histórica que é o eixo que lhes interessa valorizar, enquanto que os "de fora" dos bairros da periferia marcam presença ao se apropriarem daquele elemento que é muito valorizado pelos parnaibanos, realizando suas próprias festas.

Serão focalizadas a festa de Sant'Ana, a de 14 de Novembro, o Corpus Christi, o Carnaval e a festa de São João da Vila Nova. A razão para essa seleção é que as demais festas têm caráter mais restrito, sejam aquelas familiares como a de São João dos Chaves, ou as demais - todas de caráter religioso - que vêm perdendo expressão ano a ano. Também a de 7 de setem-

bro não será abordada por ser festa cívica de caráter nacional, e que não apresenta nenhuma característica particular aos propósitos deste trabalho.

Inicialmente será realizada uma breve descrição dessas festas (8).

#### Festa de Sant'Ana - Padroeira de Parnaíba

O dia 26 de junho é feriado em Santana de Parnaíba - a cidade celebra o dia de sua padroeira, mas as comemorações, em geral, são transferidas para o fim de semana próximo.

Essa festa - atualmente organizada pela Igreja e pela Prefeitura com a colaboração das senhoras das famílias tradicionais do centro - é uma das mais antigas e, justamente por ser a da Padroeira, mobiliza mais fortemente os moradores. Antigamente a festa se estendia por vários dias com a presença de festeiros que eram sorteados todos os anos; hoje é celebrada uma missa em louvor à Sant'Ana no dia 26 e no domingo mais próximo há procissão, missa campal, quermesse e música na praça.

Essa festa atrai poucos turistas sendo, a maioria dos presentes composta de moradores da cidade, dos bairros próximos e da zona rural. Também em comemoração ao dia da padroeira, o Museu do Anhangüera expõe trabalhos de artesanato dos moradores da cidade.

A festa termina normalmente por volta das 21:30 hs, após a apresentação da banda no coreto da praça. Os jovens permanecem na praça até as 19 hs quando vão para o clube, onde todos os domingos há "discoteque". Um dado interessante a ser registrado é a presença maciça dos velhos nessa festa.

#### Festa de Aniversário da Cidade - 14 de Novembro

Essa festa é organizada pela Prefeitura. A abertura oficial das comemorações é às 6:00 hs com o toque da Alvorada, às 8:00 hs é feito o hasteamento das três bandeiras e em seguida é celebrada missa na Matriz. Durante todo o dia o museu expõe quadros alusivos à cidade.

O desfile comemorativo, do qual participam todas as escolas do município é o ponto alto da festa. Os temas apresentados pelas escolas variam desde a história da cidade até seus problemas atuais, como a poluição do Tietê e a ausência de infraestrutura urbana.

À noite há sessão solene na Câmara Municipal e baile no Clube Atlético Santana. O baile começa por volta das 22:30 hs e vai até as 4:00 hs da manhã. Não há muitas pessoas de fora da cidade e é grande a presença de jovens e das famílias tradicionais do centro.

#### Festa do "Corpus Christi"

A festa de Corpus Christi é realizada em Parnaíba há muito tempo, havendo registros dela em documentos do século XVII. A maneira tradicional de enfeitar a cidade era jogar flores e ervas aromáticas nas ruas por onde a procissão passava.

Sua forma atual com tapetes de serragem colorida decorando as ruas é, entretanto, bastante recente. Há menos de vinte anos uma professora vinda de Itú introduziu essa técnica e, a partir de então, todas as festas foram feitas assim.

A festa é organizada pela Prefeitura, pelos moradores e pela Igreja. Cabe à Prefeitura tingir a serragem e distribuí-la; aos moradores, a decoração das ruas, o que compreende a definição dos temas e desenhos e a escolha de pessoas para ajudar a fazer o trabalho; à Igreja, a organização da missa e da procissão. São poucos, atualmente, os moradores antigos que par-

\* ticipam desse trabalho. Ele é feito, em boa parte, por alunos das escolas, inclusive aqueles da periferia da cidade.

No começo da tarde tudo está pronto para a procissão. Os turistas, em grande número, começam a chegar vindos principalmente de São Paulo e das cidades vizinhas, assim como os repórteres de jornais e televisão. A cidade está cheia e todos passeiam observando os tapetes e consumindo os produtos das barraquinhas. Às 16:00 hs a banda começa a tocar no Largo da Matriz chamando para a saída da procissão. Durante todo o percurso os turistas se aglomeram nas calçadas, assistindo e fotografando. A maioria dos parnaibanos segue a procissão ou a vê passar da janela de suas casas. Também as casas de fim-de-semana, normalmente fechadas, estão abertas e enfeitadas com flores nas janelas.

O momento máximo da festa é a procissão, cuja passagem desfaz a decoração das ruas, marcando também o final da festa.

### Carnaval

O carnaval de Santana de Parnaíba é uma festa bastante conhecida na região. Sua abertura é, segundo depoimentos, há mais de cem anos, na sexta-feira à noite com o "Bloco dos Fantasmas" e o "Grito da Noite". Este último é o grupo que vai puxar o "samba" com temas improvisados, geralmente sobre personagens e situações do cotidiano da cidade, apoiado em alguns instrumentos acústicos. Atrás do "Grito" vem o "Bloco dos Fantasmas" com mortalhas brancas, caveiras e máscaras na cabeça ou com fantasias de terror. Dele todos participam: velhos, mulheres, crianças, moradores do centro, da vila Nova, além de pessoas de São Paulo e das cidades próximas.

Nos outros dias de carnaval, três eventos se realizam: o baile no clube, o baile de rua e o desfile das escolas de samba.

Na praça 14 de Novembro é realizado o baile de rua, promovido pela Prefeitura e animado pela banda, constituindo-se em uma alternativa também para aqueles que não podem pagar o ingresso para o baile do clube, e para as crianças.

A organização e preparação do desfile ficam por conta da Prefeitura e do Clube. São duas as escolas de samba da cidade: a "Unidos de Parnaíba", subvencionada pela Prefeitura e a do CASA - Clube Atlético Santana -, sendo a maioria de seus participantes pertencentes às famílias tradicionais do centro.

#### Festa de São João da Vila Nova

A festa de São João da Vila Nova ocorre durante o mês de junho. Considerada já uma tradição no bairro, esta festa teve início quando um grupo de moradores organizou a primeira festa em homenagem a seu santo de devoção.

O objetivo inicial era que a Vila Nova tivesse sua própria festa, já que todas as outras eram realizadas no centro e, era difícil o acesso dos moradores da Vila Nova ao clube do Centro.

Alguns anos depois, a festa de São João passou a ter como meta a construção de uma capela, que foi construída durante dez anos, às custas de diversas doações, administradas por uma diretoria constituída para esse fim.

Hoje a festa busca levantar fundos para a manutenção e reparos finais de acabamento da capela. A responsabilidade pela capela e pela organização da festa ainda é do mesmo grupo de vizinhos e parentes que organizou a primeira.

A partir da descrição acima apresentada, é interessante notar que as festas representam, hoje, a possibilidade de cada grupo se colocar na disputa pelo espaço social da cidade.

Assim é que os "de dentro", apesar de qualificarem as festas pela constante comparação com as do passado e com o que elas hoje não têm mais, continuam a organizar e participar ativamente daquelas festas que reforçam e atualizam o "ser parnaibano" - a da Padroeira e o Aniversário da Cidade.

Essas festas invocam os momentos de fundação e a história da cidade: a capela de Sant'Ana erigida por Suzana Dias, os bandeirantes e os tempos antigos são os temas sempre revalorizados por ocasião dessas comemorações.

E, apesar da Prefeitura vir assumindo, cada vez mais, a organização de todas as festas, há um grupo de apoio que participa, indiretamente, fornecendo material - fotos antigas, relatos, documentos, etc. - que é constituído justamente por esses parnaibanos que detém a memória dessas histórias.

"... naquele tempo era gostoso as festas, tinha muita festa de rua, da Igreja, era muito bonito... Tinha congada, era tudo daqui, era tão bonito, depois foi morrendo, foi acabando tudo, agora não tem mais... Tinha uma porção de divertimento, muito bonito, depois acabou tudo. Os costumes da cidade, de povo mesmo, já não é como era, tem muita gente de fora daqui, tem muita gente; aqui pro centro não aumentou, é a mesma coisa de sempre, mas lá prá cima, aquela vila que formaram, é tudo gente de fora, pouca gente daqui."

D. Maria, 72 anos

"Essa festa do Corpus Christi, ou seja, es se enfeite nas ruas, é relativamente recente, é de após guerra.(...) Corpus Christi

antes, aqui enfeitava-se as janelas, punha-se colchas bonitas, toalhas, flores, crucifixo em cada janela. Ainda se faz isso, al gumas pessoas, as mais velhas... as mais moças já não enfeitam as janelas prá passar a procissão.(...) Antes aqui era uma comunidade literalmente fechada, então a gente vivia só com recurso próprio e participava muito, porque a festa do Divino, por exemplo, era uma festa muito importante. O festeiro era sorteado quando terminava a festa. Chamava o Imperador e a Imperatriz. E tinha que ter capitão de mastro, al feres da bandeira. (...)

A festa de Sant'Ana, antes, tinha mais importância que Corpus Christi hoje, porque era a Padroeira; Corpus Christi tinha, mas nem chamava assim, era o "Triunfo da Eucaristia", né? Isso é muito antigo(...) Era o enfeite das janelas e as folhas odoríferas que pisava e ficava aquele cheiro bom na rua (...) mas agora, na verdade, não é mais o espírito religioso, predomina mais o espírito turístiuco, né?"

D. Antonia, 66 anos

Os "de fora" valorizam todas as festas mas é na de Corpus Christi que se envolvem e trabalham mais intensamente, já que essa festa é hoje o "cartão postal" da cidade. É a única que recebe cobertura televisiva e que expõe a cidade privilegiando seu cenário. Isso pode ser observado tanto pelo enfeite das janelas das casas de fim-de-semana, quanto pela participação dos professores - a maioria é de fora - ou mesmo pela participação dos artistas que têm a seu cargo, todos os anos, a decoração da Praça 14 de Novembro. Também alguns depoimentos relativos a essa participação são especialmente elucidativos.

"...os artistas tem que se envolver na vida da cidade através daquilo que sabem fazer, através da arte. Por exemplo, nas festas como o Corpus Christi, o Carnaval... são possibilidades que a gente tem de partici -

par fazendo aquilo que o artista sabe fazer e deve fazer; essa é minha opinião, en tendeu? Eu gosto de morar aqui; aqui você ainda tem uma vida diferente...o carnaval aqui, eu gosto, ainda é uma festa familiar, sem confusão."

Sr.Gregório, 42 anos

"Eu gosto dessa vida de interior, de Parnaíba. Eu conheço as tias, o açougueiro, o pes soal do sítio que vende frutas, sou amigo de todos...aqui, você dá uma saída e todo mundo sabe onde você está...e tem muita fes ta, aqui eles conservam as tradições; coisa que você não vê nas grandes cidades. Eu participo das festas sempre que posso, até fotografei e filmei o Carnaval e o Corpus Christi."

Pierre, 52 anos

A festa de São João da Vila Nova, por sua vez, tem sua origem justamente no momento de expansão da cidade, com a chegada de novos contingentes populacionais que sofrem forte discriminação por parte dos moradores do centro:"essa baianada que começou a chegar e não parou mais...". Assim eles não eram admitidos no Clube e se sentiam excluídos da vida da cidade. Hoje, esse preconceito em boa parte foi transferido para os bairros mais distantes e mais pobres como a Fazendinha e o Jardim Izaura.

Já o Carnaval é a festa da inversão, da troca de papéis, do permitido, da ausência de regras e controles. Portanto, todos podem participar - os "de dentro", os "de fora", os "estrangeiros", os "artistas", a periferia e turistas.

Assim, as festas revelam e realçam tanto os conflitos quanto as possibilidades de integração que estão presentes na dinâmica social. Segundo Roberto da Matta, os ritos "...seriam dramatizações ou maneiras cruciais de chamar a atenção para certos as-

pectos da realidade social, facetas que normalmente estão submersas pela rotina, interesses e complicações do cotidiano" (9) permitindo confrontar portanto, passado e presente, discurso e comportamento, espaço e significado.

Finalmente, considere-se que as possibilidades de destaque e de ascensão social na cidade se restringem ao domínio dos eventos sócio-culturais, já que não há associações e entidades atuantes, e a escassez de recursos e de oportunidades de trabalho sempre foram características marcantes na história local. Portanto, a organização e realização das festas é um dos eixos determinantes desse jogo que coloca em disputa as várias "Parnaíbas".

NOTAS:

- (1) - Instalação de um museu na cidade por iniciativa do CONDEPHAAT e da Prefeitura.
- (2) - LEQUIN, Yves e MÉTAL, Jean. "A la recherche d'une memóire collective : les metallurgistes retraités de Givors" in: Annales, Économies Sociétés Civilisations nº 1. janeiro-fevereiro de 1980, Paris p. 160
- (3) - Os nomes utilizados nos depoimentos são fictícios
- (4) - CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito : estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª ed. São Paulo, 1975
- (5) - BOSI, Ecléa. Memória e sociedade : lembranças de velhos São Paulo, 1979
- (6) - LEQUIN, Yves e MÉTAL, Jean. op. cit. p. 160
- (7) - Entende-se por Vila Nova os bairros Jardim Benoá, Jardim Dégui, Jardim São Luís e a própria Vila Nova já que são contíguos e sofreram o mesmo tipo de ocupação.
- (8) - MAGNANI, J. Guilherme Cantor, MORGADO, Naira I.M. e OLIVEIRA, Carmen L.M.V. Santana de Parnaíba : memória e cotidiano. Relatório de pesquisa do CONDEPHAAT, 1984
- (9) - MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis : para uma sociologia do dilema brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1981 p. 34

### CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS

Para que se possa melhor compreender o processo pelo qual se dá a constituição dos significados que são hoje atribuídos à cidade pelos diferentes grupos, é preciso entender como esses significados foram sendo historicamente construídos.

O eixo principal que vai permitir entender a construção das representações dos moradores acerca da cidade e de seu patrimônio é a história das famílias antigas, que se confunde com a história de formação do município e com a política local. E, é a decadência dessas famílias que se dá simultaneamente à chegada dos "de fora", e não por acaso, que fornece o pano de fundo onde se articulam as práticas de inclusão e exclusão presentes hoje na dinâmica social da cidade.

Também é necessário analisar de que maneira os valores e significados que vão se constituindo na prática dos órgãos de preservação na cidade, na definição da Parnaíba histórica, intervêm nesse processo.

#### 1- As Famílias Antigas

A história dessas famílias confunde-se com a história de ocupação do município. Desde o século XVIII, encontram-se, nos inventários, referências às famílias que ainda hoje residem em Parnaíba.

É no momento em que o município deixa de ser fronteira, "sertão", que essas famílias lá se estabelecem em função da cultura canavieira, gerando uma sociedade rural, caracterizada de um lado pela divisão em classes e, de outro, pela existência do patriarcado. É a partir da agricultura comercial que uma pequena elite passa então a controlar o poder econômico e político do município. Pelos dados disponíveis pode-se supor

que a cultura canavieira, no município, mantém ainda uma certa expressão até meados do século XIX, dadas as referências à existência, nesse período, de 35 engenhos de açúcar dos quais 19 produziam apenas aguardente e rapadura (1).

O progressivo isolamento que é imposto à Parnaíba em função das novas vias de comunicação que ligam a região à capital, do desenvolvimento de Itu, Sorocaba e Jundiaí e, posteriormente, do desenvolvimento da cultura cafeeira na região oeste do estado, faz com que Santana de Parnaíba entre em um processo de declínio econômico marcado por uma agricultura de subsistência, à exceção da aguardente que ainda se mantém, se bem que em escala menor (2).

Ressalte-se também que, mesmo durante o período de maior dinamismo econômico, essa elite tem como lastro de poder apenas a quantidade de terras - ocupadas por uma agricultura simples que não se moderniza - que vai sendo partilhada durante as sucessivas gerações até que perde expressão. Assim, Parnaíba nunca ocupou posição de destaque na economia do estado, pelo contrário, permaneceu sempre em lugar periférico, município pobre, o que pode ser comprovado, inclusive, por sua arquitetura bastante simples e despojada se comparada àquela de outras regiões do estado como a das cidades cafeeiras do Vale do Paraíba, por exemplo.

Algumas das famílias antigas conseguiram manter o seu prestígio através das alianças matrimoniais e de outras opções econômicas que souberam fazer no decorrer de sua história. Já a trajetória de muitos foi descendente: grandes proprietários rurais viram seu poderio econômico ir se esfacelando em momentos diversos, segundo crises econômicas que afetaram mais uns do que outros, acarretando a perda ou divisão das terras.

É assim que grande parte dessa elite tem, hoje, como maior capital não os bens e a propriedade, mas o "nome", a "tradição". Através da análise dos relatos históricos existentes (3) percebe-se que os sobrenomes se repetem com esperada regularidade. São sempre os mesmos: os proprietários de terras, os fundadores da Santa Casa, os doadores da casa paroquial, os vereadores, os juizes, os presidentes das irmandades religiosas e das entidades assistenciais.

Examinando mais detidamente uma dessas famílias que funciona quase como uma matriz das demais, é possível explicitar melhor as questões colocadas até agora.

A família Domingues Branco (ver mapa 1) surge do casamento entre José Domingues Moreira e Gertrudes Blanco de Siquiera, realizado, em Parnaíba, em 1804.

Dessa união nascem cinco filhos que se unem por casamento à família Moraes por três vezes: Luis Domingues Branco casa-se com Maria de Moraes e Silva, Tomás Domingues Branco casa-se em primeiras núpcias com Ana Joaquina de Moraes e em segundo matrimônio com Iria Joaquina de Moraes. As três mulheres eram irmãs.

A família Domingues Branco tem terras nas regiões denominadas Sítio do Morro, Fazenda Vacaria, Fazenda Fontes e Serra do Itaqui, na área do município próxima à divisa com Itapevi. A família Moraes tem terras na região contígua a essa, além da Serra do Itaqui e na atual Fazenda Boa Vista.

Uma outra família, a Castro ou Siqueira Castro, descende do casamento de Francisco Alves de Siqueira, natural da Freguesia do Ó, em São Paulo, com Antonia Felícia de Castro, provavelmente realizado em 1830, em Parnaíba. Desse casamento nascem sete filhos.

Duas filhas, Felisbina Maria e Castro e Clara Angélica de Cas

tro se casam com dois irmãos, Joaquim José de Oliveira e Felício Joaquim de Oliveira, respectivamente.

Uma outra filha, Ana Teodora de Siqueira casa-se com José Domingues Branco, filho de Tomás e Iria, unindo-se assim as famílias; essa união se consolida ainda mais com o casamento de Valentim, irmão de José, com Maria Cândida de Oliveira, filha de Felisbina Maria e Castro e Joaquim José de Oliveira.

E ainda, Maria Joaquina de Siqueira, irmã de Felisbina e de Clara Angélica, casa-se, por sua vez, com José Pedroso de Oliveira Pinto, que descende de família da Freguesia do Ó, aparentada com a família de Maria Joaquina.

Formam-se assim os ramos Siqueira Branco, Pedroso de Siqueira, Oliveira Pinto, Domingues Moraes e Oliveira Pedroso. A partir da união dessas famílias estão praticamente delimitados os proprietários rurais de grande parte do município, como mostra o mapa 2.

Os casamentos que se realizam durante todo o século passado e até 1930, aproximadamente, ou reforçam essas alianças ou ocorrem dentro da mesma família, sendo o casamento entre primos de 1º grau e entre tios e sobrinhas, os padrões mais frequentes. A idéia de parentesco é partilhada por todos eles, ainda que a maioria não tenha conhecimento de como e quando se deram as articulações entre as famílias.

A política local também pode ser entendida, de fins do século passado até meados deste, a partir dessas famílias. É desse grupo que se originam políticos e chefes políticos locais. (ver mapa 1)

O Major João Alves de Siqueira Castro foi o grande chefe político de Parnaíba de 1900, aproximadamente, até o final da década de 30. Filho de Francisco Alves de Siqueira e de Antonia

Felícia de Castro, casa-se com Maria da Silva Pontes, filha de João Rodrigues Herós, proprietário rural e chefe político da localidade vizinha, Bom Jesus de Pirapora. Seu avô materno, Cândido Rodrigues Famm, foi seu predecessor na política e grande proprietário de terras em Pirapora e em Parnaíba.

Seu grupo de apoio direto era composto principalmente por parentes: dois cunhados, José Pedroso de Oliveira Pinto - tido como um dos maiores produtores de aguardente nesse período - e José Domingues Branco, comerciante, vereador e juiz; o tenente Joaquim Marques da Silva Sobrinho, criador de gado, casado com uma sobrinha de José Domingues Branco; Cândido de Oliveira Pinto, plantador de cana-de-açúcar, cunhado da esposa do Major e sobrinho de José Pedroso e, seu filho, Israel de Oliveira Pinto. (ver mapa 1)

O partido era o PRP - Partido Republicano Paulista e a oposição, de pequena expressão, era representada pelo Cel. Ignácio Raymundo da Cruz e por Quirino Chaves de Oliveira, ambos proprietários rurais.

"O Major Castro era amigo íntimo do Wasghinton Luís. Ele veio aqui em Parnaíba uma vez e só foi na casa do Major, não foi nem na casa do Prefeito."

Sr. Dias, vereador aposentado

"O Major Castro era tudo aqui. Nada se decidia sem ele. Ele dava parecer sobre todas as questões".

Sr. Barreto, funcionário público

"O Major Castro era inimigo do progresso. Porque eles queriam continuar mandando aqui, eles não deixaram instalar o ramal da ferrovia aqui; não gostavam de gente de fora, diz que ia encher de gente e misturar a raça, aí instalou só em Barueri".

D. Ofélia, doceira

"Tudo o que pedia pro Major ele conseguia: emprego, nomeação, transferência, tudo... dinheiro não, que ele era muito seguro".

Neco, escriturário

"O Major Castro era um homem de visão econômica, converteu terras em negócios e começou a investir em São Paulo, em casas de aluguel...foi o único daqui...era um grande financista".

Sr.Duarte, vereador aposentado

Essas descrições auxiliam a esclarecer de que maneira essa estrutura de dominação operava, baseada de um lado em alianças com políticos influentes e, de outro, numa política local de cunho paternalista e clientelista.

Do mesmo modo atuou até meados da década de 40 aproximadamente, o sucessor do Major Castro, Israel de Oliveira Pinto, comerciante, casado com Maria José de Siqueira Branco, filha de José Domingues Branco e sobrinha do Major.

São seus assessores diretos: João José de Oliveira Pinto, comerciante, Pedro Antunes de Siqueira, pai de um genro de Israel e Antonio Correa do Amaral, genro do Major e coletor estadual. A oposição era representada pelo Partido Democrático, dissidência do PR, e tinha como seu líder Juvenal Chaves de Oliveira, filho de Quirino Chaves de Oliveira.

Esse grupo mantém atividades sociais e culturais exclusivas. Assim, até a década de 40, funcionava o Clube Parnaibano, restrito à elite da cidade: proprietários rurais, funcionários do alto escalão da então Light e professores. Também a banda de música "Corporação Musical Santa Cecília" era, até esse período, composta por músicos oriundos dessas famílias.

Durante esse período a agricultura de Parnaíba entra em um processo inexorável de declínio, havendo paralelamente uma expansão gradual do comércio de pequena escala, sediado na área ur-

ana. Até aproximadamente os anos 20, os mais proeminentes líderes locais eram os grandes proprietários rurais. Após essa época, a cidade se torna o eixo do poder e os comerciantes e burocratas substituem, gradualmente, os proprietários rurais.

Convém salientar, entretanto, que ainda são os membros das mesmas famílias que continuam acupando essas posições até aproximadamente a década de 50, que corresponde tanto à desagregação final das propriedades rurais - seja por partilha ou venda - quanto à progressiva integração de Parnaíba à Grande São Paulo.

A estrutura de dominação política, durante esse período, em Santana de Parnaíba, é muito semelhante àquela analisada por Bela Feldman-Bianco (4), onde se mesclam coronelismo, clientelismo, isolamento, ausência de mobilidade social e processo eleitoral corrupto.

Nesse sentido, partidos e chefes políticos funcionavam, segundo a autora, como elos de ligação entre o centro de poder político e econômico e a periferia, sendo que nesta última, ~~as~~ as escassas possibilidades de ascensão social se davam na esfera da arena política.

Da mesma maneira, a persistência do mandonismo local, do clientelismo e das rivalidades familiares se relacionam a uma rígida estrutura sócio-econômica onde predomina a ausência de mobilidade social, a escassez na oferta de empregos, o isolamento e uma distribuição desigual da terra. E, apesar das transformações a nível nacional, partidos políticos e proceso eleitoral caracterizado por fraude e corrupção serviam

para legitimar o poder da parcela dominante da sociedade local e para manter sob seu controle, os destinos do município.

Como contrapartida, o processo de industrialização e de penetração capitalista em áreas como esta, isolada geográfica e culturalmente, vai ser o fator determinante de enfraquecimento de toda essa estrutura.

Esse processo pode também ser verificado, concretamente, a partir da dinâmica que envolve a propriedade e, portanto, o patrimônio, no exame dos dados relativos às transações realizadas com propriedades urbanas e rurais nesse período.

Assim é que examinando-se o total de transações registradas no cartório, de 1880 a 1890, tem-se que a participação das famílias antigas, proprietárias rurais (5), no total das transações vai decaindo de 34,05% em 1880 para 7,41% em 1980, acentuando-se o declínio a partir de 1920.

Por outro lado, as famílias que chegam à cidade, na virada do século, vão gradativamente controlando esse movimento de terras, passando de 6,70% em 1900 para 32,27% em 1920 e 21,88% em 1940, decaindo também a partir daí quando, pode-se presumir, começa mais fortemente o movimento de terras nas mãos dos "forasteiros".

Também o movimento maior de transações se dá entre 1920 (total de 1218) e 1940 (total de 1467) mantendo-se, nas décadas posteriores uma média anual de 1200 transações. (ver tabela I).

TABELA I - Total de transações rurais realizadas.

| ANOS<br>FAMÍLIAS | 1880 |       | 1900 |       | 1920 |       | 1940 |       | 1960 |       | 1980 |      |
|------------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|------|
|                  | va   | %     | va   | %    |
| FA *             | 223  | 34,05 | 326  | 42,10 | 260  | 21,35 | 292  | 19,90 | 249  | 20,59 | 89   | 7,41 |
| OF **            | 24   | 3,66  | 52   | 6,70  | 393  | 32,27 | 321  | 21,88 | 249  | 20,59 | 27   | 2,25 |
| TOTAL            | 655  | 100   | 776  | 100   | 1218 | 100   | 1467 | 100   | 1209 | 100   | 1200 | 100  |

Fonte: Livros Índices de Escritura - Cartório do Registro Civil  
e Anexo Tabelionato

\* - Famílias antigas

\*\* - Outras famílias que chegaram à cidade por volta de 1900

O quadro relativo à natureza das transações rurais também é bastante elucidativo. Assim tem-se que do total de transações realizadas entre aquelas famílias predominam, até 1940, as operações de compra e venda. A partir de 1940 e nos anos 60 e 80, é expressivo o volume de operações relativas à concessão de direitos hereditários. Não se trata de divisão ou partilha, mas de venda de direitos recebidos por herança para terceiros (ver tabela II). Somando-se esse dado à perda expressiva das famílias no total de transações nesse período, pode-se supor que trata-se, agora, da transferência das propriedades rurais para pessoas de fora.

TABELA II - Natureza das transações rurais realizadas entre as famílias

| 1880 |       | 1900 |       | 1920 |       | 1940 |       | 1960 |       | 1980 |       | Anos<br>Natureza       |
|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------------------------|
| v.a  | %     |                        |
| 85   | 62,04 | 174  | 63,05 | 305  | 70,77 | 219  | 52,65 | 123  | 43,78 | 62   | 56,88 | Compra e<br>Venda      |
| -    | -     | 7    | 2,54  | 28   | 6,51  | 161  | 38,70 | 134  | 47,70 | 32   | 29,36 | Conc. Dir.<br>Heredit. |
| 12   | 8,76  | 09   | 3,26  | 03   | 0,70  | 1    | 0,24  | -    | -     | -    | -     | Hipoteca               |
| 1    | 0,73  | 06   | 2,17  | 11   | 2,55  | 4    | 0,96  | -    | -     | 01   | 0,92  | Permuta                |
| 11   | 8,03  | 26   | 9,42  | 27   | 6,26  | 2    | 0,48  | 11   | 3,91  | -    | -     | Divisão/<br>Partilha   |
| -    | -     | 11   | 3,98  | 01   | 0,23  | 09   | 2,16  | -    | -     | -    | -     | Arrendamento           |
| -    | -     | 5    | 1,81  | 05   | 1,16  | -    | -     | 01   | 0,35  | 03   | 2,75  | Doação                 |
| 28   | 20,44 | 38   | 13,77 | 44   | 10,20 | 20   | 4,81  | 10   | 3,55  | 11   | 10,09 | Outros                 |
| 137  | 100   | 276  | 100   | 431  | 100   | 416  | 100   | 281  | 100   | 109  | 100   | TOTAL                  |

Fonte: Livros Índices de Escrituras - Cartório do Registro Civil e Anexo Tabelionato - Santana de Parnaíba

Em relação aos imóveis urbanos há uma maior estabilidade. A partir dos dados dos livros de lançamento de imposto predial, pode-se acompanhar o número de propriedade em mãos dessas famílias de 1910 a 1952. Elas mantêm cerca de 45,00% dos imóveis, em média, nesse período, o que não significa dizer que cada uma dessas famílias mantém os mesmos imóveis e a mesma quantidade; há um grande número de partilhas e de compra e venda de imóveis que se realiza entre elas. Entretanto, a venda das casas do centro para as pessoas da alta burguesia paulistana só tem início na década de 60, intensificando-se na década posterior. (ver tabela III)

TABELA III- Número de propriedades urbanas por família

| ANOS<br>FAMÍLIAS | 1910 |       | 1920 |       | 1930 |       | 1940 |       | 1952 |       |
|------------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|
|                  | va   | %     |
| FA               | 103  | 49,05 | 96   | 44,44 | 109  | 44,31 | 97   | 48,77 | 68   | 42,49 |
| OF               | 13   | 6,19  | 24   | 11,11 | 35   | 14,23 | 27   | 16,67 | 19   | 11,87 |
| TOTAL            | 210  | 100   | 216  | 100   | 246  | 100   | 162  | 100   | 160  | 100   |

Fonte: Livros de Lançamento de Imposto Predial - Arquivo Morto da Prefeitura de Santana de Parnaíba.

\* - Famílias antigas

\*\* - Outras famílias que chegaram à cidade por volta de 1900

Portanto, o resultado final desse processo sublinha a decadência econômica e política dessas famílias, simultaneamente à chegada dos "de fora", que compram terras, realizam loteamentos, instalam indústrias e estabelecimentos comerciais, inscrevendo, desta maneira, Parnaíba no eixo econômico da Grande São Paulo.

Esse movimento traz consigo uma alteração profunda no jogo de poder, que se expressa também em termos eleitorais. Em 1976 existiam somente 1500 eleitores, o que possibilitava ainda a essas famílias eleger prefeito e vereadores. Em 1982 já são 3500 eleitores e são os bairros novos, da periferia, que decidem a eleição (ver tabelas IV e V). Em 1986 foram recadastados 7500 eleitores, o que revela a tendência em acentuar ainda mais esse quadro nas próximas eleições municipais.

TABELA IV - Lista de prefeitos eleitos e nomeados a partir de 1929

30/31 - Joaquim Domingues Branco de Moraes  
33/34 - Pedro Antunes de Siqueira  
34/35 - Alfredo Domingues Branco  
35/36 - Juvenal Chaves de Oliveira  
36/38/41 - Israel de Oliveira Pinto  
42/44 - Benedito de Oliveira Pedroso  
38/42/43/44/45 - Antonio Branco  
29/30/44/47 - João José de Oliveira  
47 - Abelardo Marques da Silva  
48/51 56/59 - Bernardino Marques da Silva  
64/69 - Antonio de Oliveira  
77/82 - Gabriel Marques da Silva  
83/88 - Victor Bastos

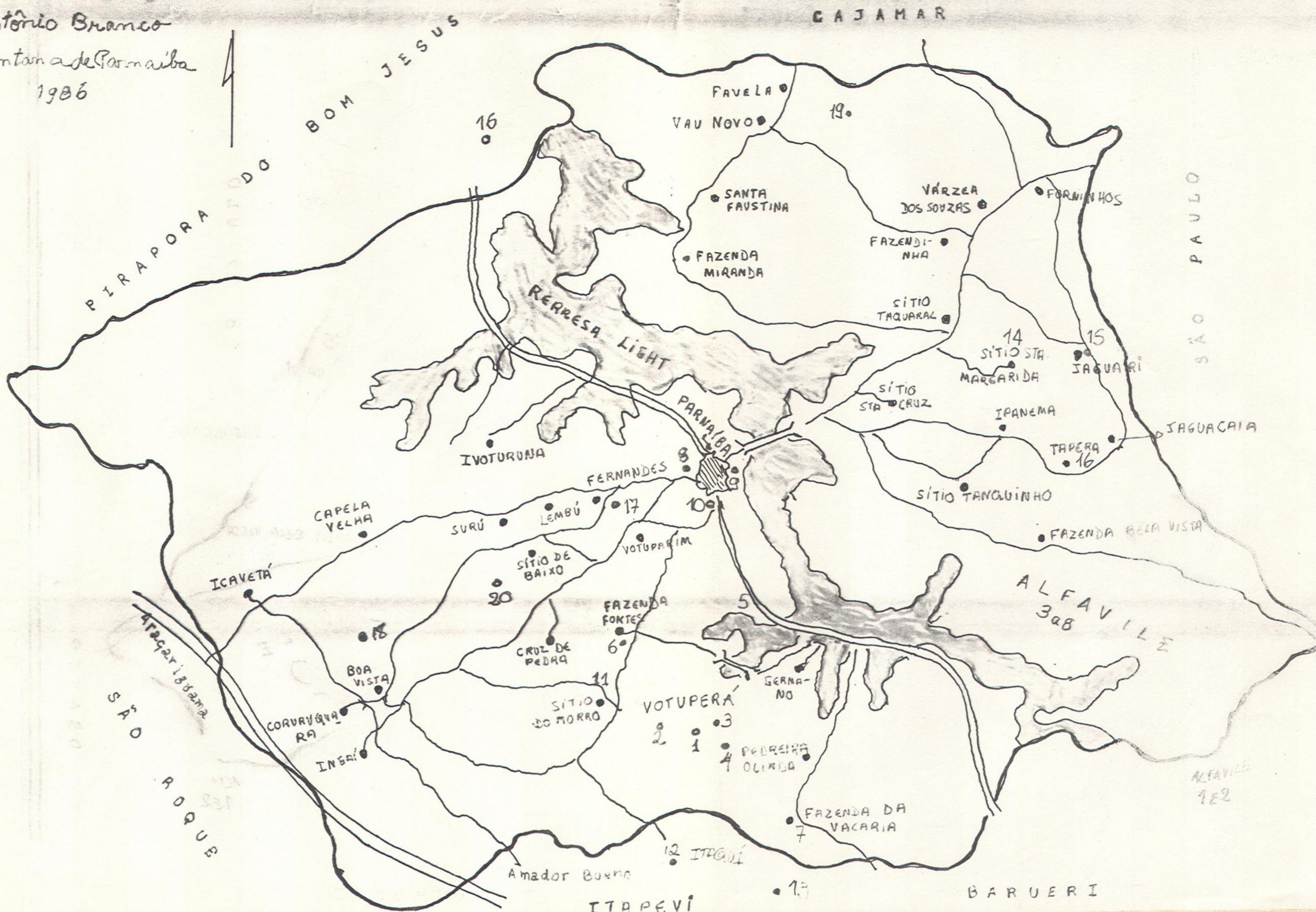
TABELA V - Presença de vereadores entre as famílias antigas.  
(1906 a 1986)

|        | Chaves<br>de Oli<br>veira | Siquei-<br>ra Cas-<br>tro | Moraes | Olivei<br>ra Pin<br>to | Olivei<br>ra | Bran-<br>co | Marques<br>da Silva | Oliveira<br>Pedroso |
|--------|---------------------------|---------------------------|--------|------------------------|--------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 06 -09 |                           | x                         | x      | x                      |              |             |                     |                     |
| 11 -14 |                           | x                         |        | x                      |              |             |                     |                     |
| 17 -19 |                           | x                         |        | x                      |              |             |                     |                     |
| 20 -24 | x                         | x                         |        | x                      | x            |             |                     |                     |
| 25 -26 |                           |                           |        | x                      | x            |             |                     |                     |
| 29 -32 |                           |                           |        | x                      | X            |             |                     |                     |
| 36     | x                         |                           |        | x                      | x            |             |                     |                     |
| 49 -52 |                           |                           |        |                        |              |             | x                   | x                   |
| 52 -56 |                           |                           |        |                        |              |             | x                   |                     |
| 56 -59 |                           |                           | x      |                        | x            |             | x                   |                     |
| 59 -63 | x                         |                           |        |                        |              |             | x                   |                     |
| 63 -71 | x                         |                           |        |                        | x            | x           | x                   |                     |
| 71 -75 | X                         |                           |        |                        |              |             |                     |                     |
| 75 -79 | x                         |                           |        |                        |              |             | x                   |                     |
| 83- 86 | x                         |                           |        |                        |              |             |                     |                     |

Fonte - Livros de Atas da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba



Antônio Branco  
 Santana de Parnaíba  
 1986



- 1-Tomás Domingues Branco
- 2-Joaquim Domingues Branco
- 3-Ana Domingues Branco
- 4-Antonio Domingues Branco
- 5-Joaquim Domingues de Moraes
- 6-Benedito Domingues Branco
- 7-Luis Domingues Branco
- 8-Bento Domingues Branco
- 9-Francelina Branco da Conceição
- 10-Joaquim José de Oliveira
- 11-Bernardina de Moraes e Silva
- 12-Joaquim Domingues Branco
- 13-Alexandre Carlos de Camargo (genro de Joaquim)
- 14-Major José Rodrigues Famm
- 15-José Pedroso de Oliveira Pinto
- 16-Felício Joaquim de Oliveira
- 17-Fernandes
- 18-Bueno da Silva
- 19-Lourenço Paes
- 20-Alferes José Antonio Rodrigues.

## 2 - O Retorno à Tradição

À luz desse quadro pode-se agora rever, com mais profundidade, tanto as representações sobre a cidade e o patrimônio, quanto as práticas de inclusão e exclusão presentes na dinâmica "de dentro" x "de fora" que foram descritas no capítulo anterior.

Assim, as descrições relativas ao passado, ao tempo em que a cidade era apenas das famílias e a importância destas nos depoimentos dos parnaibanos ganham um outro significado.

Não se trata de saudosismo dos tempo em que a cidade era menor, mas sim, do tempo em que essas famílias representavam o poder na cidade e a tinham sob seu controle. É a época quando possuíam aquilo que dava lastro a essa dominação - a terra. Esse parece ser o elemento determinante para se compreender esse processo. A propriedade rural era o patrimônio real que não pôde ser preservado.

As casas urbanas, a cidade, não têm o mesmo valor, eram um anexo da vida que se passava na área rural. Por outro lado, como já foi dito, a arquitetura urbana de Parnaíba é bastante simples e, as casas mais importantes, mais imponentes e antigas, são poucas atualmente, e de propriedade de instituições ou da fração da burguesia paulistana que as utiliza como segunda residência. A maioria das casas do centro histórico, de propriedade de parnaibanos - quase todas adquiridas por herança - são casas da virada do século, geminadas, do padrão "porta e janela" ou, mais antigas, porém, reformadas.

E, em contraposição à ausência de menção às residências urbanas nos depoimentos, tem-se a descrição minuciosa das casas e propriedades rurais: o tamanho e quantidade de cômodos, portas e janelas, a descrição das técnicas construtivas, a organização do trabalho doméstico, os mutirões, as plantações, engenhos, pomares e etc.

É esse patrimônio - enquanto legado transmitido de pai para filho e enquanto bem de valor histórico - que vai sendo destruído paralelamente à decadência econômica e política des as famílias. Assim, havia proprietários rurais que eram simultaneamente comerciantes e chefes políticos, cujos filhos foram políticos ou comerciantes e cujos netos, hoje, são pro fissionais liberais quando não passaram apenas para o funcionalismo público.

Portanto, o que restou a essa elite empobrecida é o prestígio assentado no tempo, em sua origem. Isso se torna ainda mais claro quando se observa os critérios de auto-classificação que ela utiliza. São freqüentes as expressões "tradicional", "antigo", "gente daqui" para se qualificar o parnaibano "legítimo".

O outro lado dessa história se traduz num bairrismo acentuado, no sentimento de descendência daqueles poderosos que lhes permite sentir-se os "donos da cidade" e que se reflete na resistência que opõem aos moradores mais recentes, tanto do centro como da periferia.

A própria construção dessa identidade, do "ser parnaibano" - que encobre, certamente, diferenças sociais - é reveladora desse processo. Trata-se da formação de uma imagem socialmente instituída e aceita e que só se apresenta em seu lado har mônico, positivo. Implica em reconhecimento, em repetição, em estabilidade, portanto, em atitude conservadora, de refor ço, que teme a mudança e que desenvolve mecanismos de rejeição. Além, é claro, da disputa que se trava na cidade por oportunidades de trabalho e posições de liderança tanto formais quanto informais.

Em decorrência dessa dinâmica tem-se a união entre aquelas famílias mais antigas e aquelas que se instalaram na cidade por volta de 1900 - a maioria em função da construção da Usi

na Edgard de Souza, da Light - na defesa, hoje, da "tradição" parnaibana, colocando-se como os depositários dos valores "verdadeiros" que estão ameaçados.

Segundo Hobsbawn (6) quando a mudança social acelera ou transforma a sociedade, o passado deixa de ser o padrão para o presente e pode, no máximo, tornar-se modelo para este.

O passado aparece, então, como uma máscara para a inovação já que ele não expressa mais a repetição daquilo que havia sido antes mas, ações as quais, por definição, são diferentes das anteriores. Trata-se, portanto, de um passado recriado, que por isso mesmo, torna-se passado construído, artefato.

Surge assim, segundo o autor, a "tradição inventada", entendida como "um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado".

Desse modo, assiste-se nos últimos anos um verdadeiro "revival" das tradições: festas que haviam deixado de existir são retomadas, homenagens aos moradores mais idosos são prestadas em todas as cerimônias comemorativas, atores do antigo teatro são também homenageados pelo grupo de teatro atual e etc.

Também a Prefeitura, através do departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo promove regularmente mostras fotográficas, exposições de artesanato, culinária típica e outros eventos que visam revalorizar as tradições.

A tradição, apesar de mobilizar memória e passado opera aqui com a negação da história. Ela se coloca como um veículo de neutralização da dinâmica histórica, trabalhando com a afir-

mação e reforço da coesão social. A tentativa é a de eliminar toda e qualquer mudança, exorcizar o tempo. A sociedade se apresenta, portanto, como produto acabado, naturalizado, e não como produto da ação humana e passível de modificação por essa mesma ação.

É o passado, legitimando o presente, consagrando-se pela prerogativa única de tempo acumulado. É através da projeção de um tempo contínuo e linear que essa elite tenta ainda manter o domínio em um espaço social e cultural cada vez mais restrito.

### 3 - A Ação Institucional e os Significados

Resta agora examinar de que maneira a ação institucional de preservação cria fatos sociais, transforma e agrega valores no processo de identificação e qualificação de Parnaíba como cidade histórica.

Para se entender a Parnaíba histórica como a definem os órgãos de preservação é necessário examinar, ainda que brevemente, a trajetória percorrida na definição de bem e de patrimônio cultural, assim como a prática de trabalho lá desenvolvida por essas instituições (7).

A proteção aos bens culturais, no Brasil, se inicia institucionalmente a partir de 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O ante-projeto elaborado por Mário de Andrade designava os bens a serem protegidos pelo Estado por "Patrimônio Artístico Nacional" entendido como: "todas as obras de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos nacionais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil".

O decreto-lei nº 25, de novembro de 1937, que organiza a proteção ao patrimônio, já o define de forma mais restritiva ao substituir a noção de obra de arte por bens móveis e imóveis: "O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico", desconsiderando, portanto, a preocupação contida no ante-projeto relativa às manifestações do folclore e à arte popular.

Definia ainda certos aspectos da proteção ao meio ambiente: "os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana"(8).

Percebe-se no texto legal a valorização dos elementos excepcionais dada pelas expressões "fatos memoráveis", "monumentos" e "feição notável". E é nesse espírito - ênfase nos monumentos isolados - que a SPHAN vai trabalhar durante seus primeiros trinta anos.

É também com essa mesma concepção que, em 1968, através do decreto-lei nº 10247 assinado pelo então governador Abreu Sodré, é criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT por solicitação do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga.

Suas atribuições são assim definidas pelo artigo segundo: "Competirá ao Conselho a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico, e turístico do estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, de seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem como dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados" (9). Através de outros decretos e leis complementares define-se a estrutura administrativa e técnica do órgão e seus instrumentos legais e jurídicos que, em essência, permanecem os mesmos até hoje.

Pela leitura das atas das reuniões do Conselho nos dois primeiros anos de atuação, correspondentes à sua primeira gestão, nota-se que a abertura de processos de tombamento já contempla uma gama de interesses que define o próprio objeto da preservação tal como ele se apresenta hoje: a imensa maioria de bens tombados era; monumentos isolados, de interesse arquitetônico;

em escala bem menor, bens móveis em geral, referentes às artes plásticas; núcleos históricos - é dessa época o tombamento de São Sebastião e Cananéia e a abertura de processo de tombamento de Bananal -, assim como a proteção de áreas naturais com o tombamento do Bosque dos Jequitibás, em Campinas.

Entretanto, também por essas mesmas atas fica claro que a atuação do Conselho, neste momento, não conta com um quadro conceitual que defina prioridades, premissas de ação e delineie uma política de preservação. O que ocorre é uma atuação emergencial e pontual.

No decorrer da década de 70, tanto a produção intelectual quanto a atuação dos órgãos de patrimônio, a nível nacional e internacional, vão induzindo uma ampliação na concepção do objeto e no caráter da intervenção. Assim, a preservação passa a ser entendida em três etapas necessárias e complementares: o tombamento, que significa o reconhecimento jurídico do valor do bem cultural; a restauração, que é a recuperação física desse bem e a revitalização. Esta última com algum destaque já que está ligada tanto ao uso e, portanto, às possibilidades de apropriação do bem pela população, quanto à perspectiva de um desenvolvimento urbano planejado que leve em conta as questões de preservação dos bens culturais. Não se trata mais de preservar o monumento excepcional mas sim os conjuntos que têm valor documental, representativos da memória de diversos grupos sociais e da história social paulista.

Assim, o trabalho relativo às cidades históricas é agora definido como um programa do Condephaat que pretende dar conta dessas três etapas. Mas o que vem a ser as cidades históricas? Ou melhor, como é definido o patrimônio cultural dentro do qual se inscrevem essas cidades?

De um lado temos a formulação do Prof. Ulpiano Bezerra de Me-

nezes que trabalha com o conceito de "patrimônio ambiental urbano" assim definido: "...um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do ambiente urbano. São objetos, coisas físicas, materiais socialmente apropriados. Não são objetos soltos, isto é, tais monumentos, estruturas, paisagens, bens móveis etc., não tem significação por si, mas na medida em que se articulam a um suporte de significação, a um sistema que precisa ser conhecido em sua apropriação social, na maneira pela qual eles vem a integrar uma certa formação sócio-cultural. E esses objetos - tanto os artefatos propriamente ditos, coisas manufaturadas pelo homem, quanto a natureza que ele apropria socialmente - constituem um sistema porque estão vinculados a um eixo de significados referentes ao mundo urbano.(...) isto é, eles são capazes de provocar representações da realidade urbana." E, ainda, "... não só temos que distinguir diversos patrimônios ambientais urbanos ( que seriam as representações produzidas pelas diversas segmentações da sociedade), mas mesmo dentro dessas segmentações teríamos que considerar o patrimônio ambiental urbano como algo em ininterrupto estado de fermentação, de reprodução, de renovação, isto é, como coisa viva, que não pode ser aprisionada na malha de uma forma atemporal." (10).

Entretanto, ao nível da prática de trabalho dos órgãos de preservação parece que a questão se coloca em outros termos. A identificação dos bens culturais continua a ser feita, na maioria das vezes basicamente por critérios classificatórios, onde os quesitos arquitetô-

nicos e formais ainda são os privilegiados e onde a história entra como mero apêndice explicativo, excluindo-se aqui, por razões óbvias, a questão do patrimônio natural.

Desta forma, se privilegia apenas o momento de produção desses bens. O passado é tomado como razão suficiente: o ser o primeiro, o ser original - o certificado de ancianidade já basta. Não se interroga o passado; ele deixa de ser objeto da História para tornar-se ela própria, agora transformada em história oficial que permite a leitura, nesses bens, dos ciclos econômicos dos séculos anteriores, supondo um tempo contínuo, homogêneo e vazio, ou melhor, uma história que conta sempre a mesma história.

Portanto, a primeira formulação alimenta o discurso e a postura teórica, mas é a segunda que efetivamente informa a atuação. É nesse contexto que Santana de Parnaíba é escolhida como prioridade do Programa Cidades Históricas e é tombada em maio de 1982. As razões para o tombamento, expressas no relatório "Santana do Parnaíba - Revitalização do Centro Histórico" (11), evidenciam esse quadro:

"Basicamente, a classificação das cidades nessa categoria é estabelecida a partir de três critérios fundamentais, considerados conjuntamente, em relação às características do acervo existente:

- A - Homogeneidade - quando a cidade apresenta um conjunto harmonioso, sem contrastes distoantes entre suas edificações e relações espaciais.
- B - Densidade - quando a cidade apresenta significativa concentração de edificações de alto valor histórico-cultural.
- C - Qualidade - quando o acervo existente demonstra expressivas características quanto à forma, materiais e técnicas construtivas.

No Estado de São Paulo não há conjunto que reúna, plenamente,

as condições acima (como é o caso de Ouro Preto, em Minas Gerais). Embora com intromissões, Santana do Parnaíba preenche, de modo satisfatório, aqueles requisitos, enquadrando-se na categoria de Cidade Histórica, como uma das mais significativas do estado."

Pode-se observar também no referido relatório que a formação histórica do município é apresentada sucintamente, explicando o surgimento de Parnaíba, sua importância no século XVII e posterior declínio nos séculos subsequentes. Em nenhum momento se faz a vinculação entre a história social do município e sua evolução urbana mostrando a constituição do patrimônio edificado como produto dessa relação. E, na parte referente à situação atual, são descritas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, as quais representam uma ameaça à manutenção do acervo arquitetônico da cidade. Também não é levada em conta a relação e a diversidade de significados que a população usuária estabelece e projeta nesses bens.

Assim, ao classificar uma cidade como mais histórica que as demais, o órgão de preservação o faz mediante a análise classificatória da presença material do passado, ou seja, o patrimônio edificado, selecionado e qualificado a partir de suas características formais.

Acrescente-se a isto, a questão da visibilidade da ação institucional de preservação, que se dá em dois momentos: o da seleção dos bens e seu reconhecimento através do tombamento e, no momento da intervenção, do restauro. Portanto, o que transparece na atuação institucional é o foco sobre as características físicas, formais dos bens culturais. A pesquisa, que antecede um e outro momento e que poderia fazer a leitura de outros significados, não consegue se explicitar.

Nessa medida o que tem visibilidade é a ação sobre o bem em si que acaba por transformá-lo em objeto isolado do tecido social onde se inscreve. Não se implanta, portanto, uma linha de atuação que considere a existência de vários patrimônios ou que permita uma multiplicidade de leituras nele, mas sim, apenas uma que é definida a partir do valor arquitetônico. Nesses termos a cidade "histórica" se torna algo homogêneo, banindo-se os conflitos e as diferenças e, onde a prática social do espaço fica de fora, tanto no passado quanto no presente.

Santana de Parnaíba tem hoje contornos diversos tanto no que se refere à composição social de sua população quanto às formas de uso e de apropriação da cidade. Esta situação é bastante diversa daquela de aproximadamente trinta anos atrás, quando o município contava basicamente com a população oriunda da cidade e não estava vinculado à Grande São Paulo. A partir da descentralização do parque industrial da capital, da abertura da rodovia Castelo Branco e da melhoria da estrada de acesso ao município, uma transformação radical tem se operado, refletindo em um acentuado incremento populacional, no surgimento de novos bairros e em intensa valorização de terras e imóveis, entre outros.

Parnaíba define-se, portanto, não apenas em função de seu centro histórico - onde residem as famílias tradicionais, uma classe média formada por profissionais liberais e funcionários públicos e uma fração da burguesia paulistana que lá tem suas casas como segunda residência - mas também pela Vila Nova, bairro contíguo ao centro e área de expansão deste, assim como pela presença de bairros operários na periferia da cidade.

Esses grupos, como era de se esperar, concebem e valorizam a cidade de maneiras diferenciadas. Para os moradores, não só

a cidade histórica tem outros significados, como também a própria atuação dos organismos de preservação tem visibilidade ou não de acordo com os interesses que sua postura acaba por estimular, ainda que involuntariamente.

Para a maioria da população o tombamento e suas implicações ainda constituem fatos confusos que apresentam várias versões - "antigamente era só de 100m em torno do centro, a faixa de proteção, depois a Câmara aumentou para 300m", "é só o tombamento da fachada das casas, por dentro não". Confundem também a atuação dos dois órgãos, a Sphan e o Condephaat. No meiam ambos genericamente por "Patrimônio" : "Antes era só a Igreja, o Museu e a Biblioteca, depois é que toda cidade virou antigüidade".

Para quem teve contato com o Condephaat devido à necessidade de reformas em sua casa, ele é visto como uma ingerência despropositada: "Então a gente não pode nem mais mandar na casa da gente!". Ou como uma instituição que aplica sua fiscalização e sanções de maneira desigual: "Eles só vêm pra cima dos pequenos, os grandes eles não incomodam, as coisas mais antigas que tinha aqui já destruíram tudo e eles não fizeram nada; as casas desses estrangeiros, a Caixa Econômica... com eles ninguém faz nada...".

Outro dado interessante a ser observado é em relação a algumas pessoas que há anos atrás fizeram reformas que descaracterizaram suas casas, por exemplo, troca de janelas por vidros, e hoje querem retornar ao "antigo", ao original. A valorização do "antigo" vai, pouco a pouco, ganhando terreno na cidade, não pelo valor histórico-arquitetônico mas em função do valor comercial que as casas antigas passaram a ter, produto da especulação imobiliária.

O chamado "estilo colonial", equívoco comum, é referenciado em padrões oriundos da indústria de construção e da propaganda especulativa que dita esse estilo de moda e que incorpora falsidades histórico-arquitetônicas, visto que se apropriam apenas de elementos superficiais e supérfluos da arquitetura genuinamente colonial.

Em relação aos parnaibanos, o espaço físico não tem valor isolado, não faz parte do código que orienta a imagem que constrõem da cidade o valor histórico-arquitetônico de suas casas. O que definem enquanto patrimônio são as relações sociais centradas na família, nas festas e na tradição. A história que permeia sua organização social é uma história familiar, portanto restrita e que não passa por esse conhecimento especializado. Apenas os parnaibanos que viveram algum tempo fora de Parnaíba é que agregam à casa esse valor, ainda que de maneira secundária. Isso se deve tanto à possibilidade de comparação com outras cidades quanto ao acesso a esse tipo de informação.

Por outro lado, para os "de fora" do centro histórico a situação é bastante diferente. Conhecem os órgãos de preservação que atuam na cidade e na maior parte das vezes cobram uma atitude mais rígida de fiscalização e a necessidade de uma atividade educativa para a população, segundo eles, responsável, devido à sua ignorância, pela descaracterização do acervo arquitetônico. Entretanto, também entre eles é generalizada a idéia de que o tombamento e a preservação se resumem apenas à fachada das casas.

Como conclusão, fica claro que a atuação do Condephaat só é visivel e tem inteligibilidade para aquele grupo que, ainda que motivado por interesses e perspectivas particulares, valoriza a cidade nos mesmos termos - como uma coleção de objetos antigigos que compõem um cenário. Esse caso concreto parece que i-

lustra bem, o viés ideológico da preservação do patrimônio cultural, que em muito ultrapassa a vontade e os meios técnicos. Ao não estabelecer políticas objetivas e concretas de auxílio ou isenções aos moradores de bens tombados, o Estado favorece um processo de especulação imobiliária que acaba por expulsar essa população. Ao mesmo tempo, dá continuidade a um processo de apropriação e circulação desses bens no interior apenas das elites e, ao nível do significado, faz da história uma rua de mão única.

NOTAS:

- (1) - Ver a este respeito Capítulo I p. 10
- (2) - MARTINS, Ana Luiza. Parnaíba, uma possível periodização Relatório de pesquisa do CONDEPHAAT, 1983
- (3) - CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. Notas para a história de Parnaíba. São Paulo, 1935
- (4) - FELDMAN-BIANCO, Bela. The petty supporters of a stratified order : the economic entrepreneurs of Matriz, São Paulo Brazil. Tese de doutorado na Columbia University, 1981
- (5) - Como amostra do total tomou-se aqui uma parcela expressiva tanto das famílias antigas como daquelas que chegam à cidade em torno de 1900. Portanto, os dados apresentados têm caráter indicativo e aproximativo.
- (6) - HOSBAWN, Eric. "Introdução" in : A invenção das tradições. trad. Rio de Janeiro, 1984 p. 9. Ver também do mesmo autor "The social function of the past" in : Past and Present nº 86 Oxford, fevereiro de 1972
- (7) - Em Santana de Parnaíba há bens tombados por dois órgãos, a SPHAN e o CONDEPHAAT; a SPHAN tem sob sua responsabilidade duas edificações enquanto que ao CONDEPHAAT cabe todo o núcleo histórico. Por essa razão será focalizada mais diretamente a atuação deste último, já que foi ele quem tombou Parnaíba enquanto cidade histórica e que tem atuado na cidade, efetivamente, desde o tombamento em maio de 1982.
- (8) - SPHAN - Pró-Memória. Orientação e revitalização do patrimônio cultural no Brasil : uma trajetória. Brasília, 1980 p. 111 e anexo IX
- (9) - LEGISLAÇÃO. "Decreto-Lei nº 10.247, artigo 2º" in : Legislação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Ar -

(8) - FELDMAN-BIANCO, Bela. The petty supporters of a stratified order : the economic entrepreneurs of Matriz, São Paulo, Brazil. Tese de doutorado na Columbia University, 1981. STOLCKE, Verena. Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980). trad. São Paulo, 1986 ; OLIVEIRA, Alice Inês. Rendas , babados, bilros e crochês : a construção social da mulher de prendas domésticas. Dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas, 1985

## CONCLUSÃO

Tendo em vista os temas levantados neste trabalho - a formação histórica de Santana de Parnaíba, a reelaboração dessa história pelos diferentes grupos sociais que compõem sua população e a diversidade de significados que são atribuídos à cidade pela população e pelos órgãos de preservação - explicita-se a necessidade de se operar, nesse tipo de pesquisa, com várias formas de reconstrução histórica.

Nesse sentido, utilizou-se tanto os recursos da história oral, dos depoimentos espontâneos, assim como da observação do cotidiano da cidade e da pesquisa de fontes documentais. O objetivo era o de se compreender como, em um contexto espacial e temporalmente determinado, os padrões, possibilidades e opções que vão se colocando para os diversos atores envolvidos nessa "trama", acabam por determinar tanto atitudes quanto representações.

Portanto, o que está em jogo são as diferentes formas de apropriação da história, passando pela construção dos significados atribuídos à cidade e das diversas maneiras de selecionar o passado a ser preservado.

Para os parnaibanos, o passado igualado à tradição é tido como padrão para o presente. É a repetição desse padrão que é rompida com a chegada dos "de fora". A memória funciona aqui como único recurso explicativo, tratando-se, portanto, de uma história idealizada, às vezes mítica, apreendida de um ponto de vista restrito e particular. É ela que vai informar a construção desse "ser parnaibano" como o repositório dos valores "verdadeiros", da "essência" de Parnaíba é que, aliada à tradição, ao prestígio assentado na origem, vão ser mobilizados na disputa pela cidade.

Para os "de fora" do centro histórico, a Parnaíba histórica, materializada nas edificações, é a que conta, utilizada de várias maneiras: como referência nos trabalhos dos artistas, no próprio restauro das casas e, portanto, como investimento e como ponto de defesa nos movimentos que articulam, tanto os ecológicos (Movimento de Defesa do Rio Tietê que, em Parnaíba incorporou a defesa do patrimônio histórico), como os culturais (Núcleo Cultural Santana de Parnaíba que tem por objetivo revitalizar a produção e difusão de atividades culturais no município e que tem também como ponto programático a preservação do patrimônio histórico). Para esse grupo a história é vazia de significados ou apenas referência ingênua e genérica, mas ele tem, entretanto, acesso à informação mais ampla que lhe permite compreender o significado da preservação, ou melhor, aquele institucional.

E há ainda, os "de fora", dos bairros da periferia da cidade, representados pela população de baixa renda, em geral migrantes, para os quais a cidade histórica se opõe à Parnaíba "desenvolvida" e que reivindica para si o papel de agentes da transformação, negando o passado que nessa ótica é visto como "atrazo" e empecilho para o "progresso".

Considere-se também a trajetória histórica da cidade: de núcleo colonial de significativa importância no período do bandeirismo de apresamento indígena, torna-se vila "caipira", sem expressão econômica, isolada, à margem da economia agro-exportadora para, nos últimos trinta anos, sofrer um processo complexo de progressiva integração à região da Grande São Paulo, com toda gama de conseqüências econômicas, sociais e políticas, já apontadas.

Assim, em decorrência desse processo, a cidade tem hoje cada vez mais como marca, como projeção externa, o fato de ser uma cidade histórica, o que coloca essa discussão no terreno da

disputa política cotidiana.

Esse quadro vai, então, resultar na explicitação de práticas de inclusão e exclusão, na formação de alianças e existência de confrontos assim como em uma demarcação de espaços que vão permear a dinâmica social entre esses grupos.

Nesse sentido, os parnaibanos - como se espera ter demonstrado - ao irem gradativamente perdendo o lugar de estrato dominante para os "de fora", vão simultaneamente articulando uma atitude de rejeição e de exclusão em relação àqueles, em torno daqueles espaços onde ainda mantem um certo controle, ou seja, no âmbito das relações familiares e nas atividades sócio-culturais promovidas na cidade com o objetivo de revalorizar as tradições do município.

E é justamente o fato de serem de famílias antigas, de representarem a "tradição parnaibana", que ainda lhes assegura esse domínio. Explica-se também, a partir daí, suas alianças com famílias nem tão antigas assim - muitas delas de imigrantes que vieram para a cidade por volta de 1900 mas que, por outro lado, integraram-se às primeiras, inclusive através de alianças matrimoniais - na tentativa de fazer frente aos "forasteiros" das últimas duas ou três décadas.

Dessa maneira, a perda do poder e do controle sobre os recursos e destinos do município - que caminha mais e mais para padrões de impessoalidade guiados por razões econômicas, característicos da economia moderna - não é percebida como um processo de transformação pelo qual Parnaíba vem passando. Trata-se, muito mais, de um processo de "usurpação" que se personifica nos "de fora", incluídos aqui tanto os órgãos de preservação, como os moradores da periferia e aqueles que residem no centro histórico. Sendo que estes últimos têm assegurado, progressi-

vamente, seu domínio nas posições de liderança, sejam elas na política institucional ou nos cargos de direção das associações existentes, tais como: o Clube Atlético Santana de Parnaíba, a Santa Casa de Misericórdia, o Núcleo Cultural e as APMS das escolas.

Também a população de baixa renda, dos bairros da periferia, se organiza de diferentes maneiras para disputar seu lugar na cidade.

Assim, como foi visto, tanto a festa de São João da Vila Nova - que surgiu para fazer frente a uma discriminação que os moradores desse bairro sofriam por parte do clube da cidade, como a escola de samba "Unidos de Parnaíba", que nasceu "Pés Vermelhos" - referência à inexistência de calçamento no bairro naquele período - são reflexos dessa questão.

Hoje, entretanto, com o surgimento de novos bairros mais distantes do centro, essa questão ganha novos matizes. Nessa medida é interessante relatar a festa de aniversário da cidade realizada em 1985. Essa festa, através do desfile das escolas, é a única que propicia o mesmo espaço de participação para todos os bairros. Assim, uma das duas escolas do centro desfilou tendo como tema "Ai que saudades do passado que não volta mais!", apresentando bandeirantes, festeiros, pic-nics, seresteiros e doceiras. Por outro lado, a escola da Fazendinha - bairro próximo a Itapevi, hoje o mais populoso e distrito industrial do município - desfilou apresentando todas as entidades e associações do bairro: Sociedade Amigos do Bairro, Comunidade Eclesial de Base, núcleo do Partido dos Trabalhadores, além de mostrar todas as indústrias ali sediadas e tendo como tema "Chega de bandeirantes, o futuro é a Fazendinha!".

Aqui podemos, então, observar claramente a disputa que se co-

loca, tendo de um lado o centro e a tradição aqui iguados a "atraso" e, de outro, o "moderno" e o "progresso" traduzidos na industrialização e materializados no trabalho da população desses bairros, suas reivindicações e associações.

Desse modo, pode-se perceber nitidamente as várias "Parnaíbas" em disputa: a "tradicional" dos parnaibanos, a "histórica" dos órgãos de preservação e dos "de fora" e que paradoxalmente não coincide com a "tradicional" e a Parnaíba "moderna", "desenvolvida", da população de baixa renda dos bairros da periferia.

Portanto, o pano de fundo dessa discussão aponta para a questão de como se produz a História a partir dos vários atores envolvidos.

Tem-se, de um lado, uma história oficial que informa a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio cultural e que se propõe a ser globalizante e suficiente. E onde a história tende a se confundir com aquilo que ficou congelado ou intocado pelo tempo.

De outro, tem-se os diversos grupos que, a partir de suas posições e trajetórias específicas, constroem e recortam outras histórias e temporalidades.

Dessa maneira, o que se coloca é a relação entre o passado e o presente e o lugar do patrimônio cultural nessa relação.

Pensar essa relação sugere, de imediato, perceber o passado enquanto componente fundamental das instituições, valores e padrões da sociedade assim como uma dimensão permanente da consciência humana que não pode ser resgatada enquanto experiência vivida.

Assim, trata-se de refletir acerca das maneiras pelas quais ele é selecionado para ser restaurado e quais os aspectos do

passado que serão isolados e postos em relevo. Isto significa que a direção dessa relação é aquela que vai do presente ao passado e em função das questões hoje colocadas.

Também desse modo, tradição, memória e identidade são conceitos que só fazem sentido - enquanto instrumentos de compreensão da realidade social - se forem historicizados, caso contrário, corre-se o risco de se opor à "verdade" da história oficial, a "verdade" da memória dos grupos.

Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que a questão da constituição e definição daquilo que pode vir a ser considerado como patrimônio cultural perpassa um eixo de significação e de disputa muito mais amplo do que aquele colocado pelos parâmetros técnicos-especializados.

Da mesma maneira, não se pode dissociar o espaço de sua prática social e nem tampouco esperar que os objetos - transformados em bens culturais - falem por si só ou que sejam signos de única decodificação.

E parece lícito supor que o espaço para a afirmação de outras falas, de outras leituras no campo do patrimônio cultural, se inscreve na dinâmica mais ampla das condições de produção da cultura.

Não se tem aqui a pretensão de esgotar esses temas, pelo contrário, trata-se de contribuir para esse debate, através do estudo de um caso concreto, na tentativa de elucidar um pouco mais essas questões que certamente ganharão novos enfoques a partir da elaboração de outras pesquisas com objetivos semelhantes.

Espera-se, entretanto, ter sido possível demonstrar que a questão da preservação do patrimônio cultural deve ser entendida na dinâmica das relações sociais e dentre os limites que o processo histórico, como um todo, impõe.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

FONTES MANUSCRITAS :

Inventário - Correspondência da Diretoria (1889-1971). ELETRO-PAULO, Departamento de Patrimônio Histórico, sub-série 22

Inventário - Correspondência da Diretoria (1889-1971). ELETRO-PAULO, Departamento de Patrimônio Histórico, sub-série 40

Letters from Parnaíba (1907-1909). ELETROPAULO, Divisão de Retenção e Recuperação de Documentos

Livro de lançamento de Imposto Predial (1910). Arquivo morto da prefeitura de Santana de Parnaíba

Livro de lançamento de Imposto Predial (1920). Arquivo morto da prefeitura de Santana de Parnaíba

Livro de lançamento de Imposto Predial (1930). Arquivo morto da prefeitura de Santana de Parnaíba

Livro de lançamento de Imposto Predial (1940). Arquivo morto da prefeitura de Santana de Parnaíba

Livro de lançamento de Imposto Predial (1952). Arquivo morto da prefeitura de Santana de Parnaíba

Livro índices de escrituras - outorgados (1880-1980). Cartório de Registro Civil e anexo tabelionato de Santana de Parnaíba

Livro índices de escrituras - outorgantes (1880-1980). Cartório de Registro Civil e anexo tabelionato de Santana de Par-

naíba

Miscellaneous (1909-1935). ELETROPAULO, Divisão de Retenção e Recuperação de Documentos

Old correspondence Mr. Balsley (1903-1907). ELETROPAULO, Divisão de Retenção e Recuperação de Documentos

MAPAS :

Caminhos Antigos. Santana de Parnaíba : revitalização do centro histórico. São Paulo, CONDEPHAAT, 1982

Cronologia das Edificações do Centro Histórico. Santana de Parnaíba : revitalização do centro histórico. São Paulo, CONDEPHAAT 1982

Famílias Antigas e Propriedades. Santana de Parnaíba, Serviço Municipal de Estradas e Rodagens, 1963

Localização do Centro Histórico, Bairros e Loteamentos. São Paulo, EMPLASA - Sistema Cartográfico Metropolitano, 1980/81

Rodovias Principais. Santana de Parnaíba : revitalização do centro histórico. São Paulo, CONDEPHAAT, 1982

Santana de Parnaíba na Grande São Paulo. Santana de Parnaíba: revitalização do centro histórico. São Paulo, CONDEPHAAT, 1982

BIBLIOGRAFIA :

- ARANTES, Antônio Augusto (org.). "Prefácio" in: Produzindo o passado : estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo, Brasiliense, 1984
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade : lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiróz, 1979
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. Notas para a história de Parnaíba. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1935
- \_\_\_\_\_. História de Santana de Parnaíba. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, s.d.
- CANABRAVA, Alice P. "A evolução das posturas municipais de Sant'Ana de Parnaíba, 1829-1867" in: Revista de Administração. São Paulo, março de 1949
- CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito : estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª ed. São Paulo, Duas Cidades, 1975
- CONDEPHAAT. Santana de Parnaíba : revitalização do centro histórico. Série Monografia nº1. São Paulo, 1982 mimeografado
- ELETROPAULO. História e energia nº1. São Paulo, maio de 1986
- FELDMAN-BIANCO, Bela. The petty supporters of a stratified order : the economic entrepreneurs of Matriz, Sao Paulo, Bra

zil. Tese de doutorado na Columbia University, 1981 mi  
meografado

\_\_\_\_\_. "História e poder local" in: Produzin  
do o passado : estratégias de construção do patrimônio  
cultural. São Paulo, Brasiliense, 1984

HOBBSAWN, Eric. "The social function of the past" in : Past  
and Present nº86. Oxford, Past and Present Society, 1972

\_\_\_\_\_(org). "Introdução" in: A invenção das tradi  
ções. trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984

LANGENBUCH, J. Richard. A estruturação da Grande São Paulo :  
estudo de geografia urbana. Tese de doutorado na Faculda  
de de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1968 mi  
meografado

LEGISLAÇÃO. "Decreto-Lei nº 10247, artigo 2º" in : Legisla  
ção do Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueo  
lógico, Artístico e Turístico do Estado. São Paulo, Im -  
prensa Oficial, 1978

LEQUIN, Yves e Métal, Jean. "A la recherche d'une mémoire col  
lective : les metallurgistes retraités de Givors" in :  
Annales Économies Sociétés Civilisations nº1. Paris, C.N.R.S.  
et L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, janei  
ro-fevereiro de 1983

MAGNANI, J. Guilherme Cantor, MORGADO, Naira I.M. e OLIVEIRA,  
Carmen L.M.V.. Santana de Parnaíba : memória e cotidiano  
Relatório de pesquisa do CONDEPHAAT. São Paulo, 1984 mi  
meografado

- MARTINS, Ana Luiza. Parnaíba : uma possível periodização. Relatório de pesquisa do CONDEPHAAT. São Paulo, 1983 mimeografado
- MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis : para uma sociologia do dilema brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Comunidade em debate : patrimônio ambiental e urbano. São Paulo, 1978 mimeografado
- METCALF, Alida. Families of planters, peasants and slaves : strategies for survival in Santana do Parnaíba, Brazil 1720-1820. Tese de doutorado na University of Texas, 1983 mimeografado
- OLIVEIRA, Alice Inês. Rendas, babados, bilros e crochês : a construção social da mulher de prendas domésticas. Dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas, 1985 mimeografado
- PASSERINI, Luiza. "Work and consensus under Italian fascism" in: History Workshop nº 12. Londres, Antony Rowe Ltd, outono de 1981
- PORTELI, Alessandro. "Peculiarities of oral history" in: History Workshop nº 12. Londres, Antony Rowe Ltd, outono de 1981
- SPHAN - Pró-Memória. Orientação e revitalização do patrimônio cultural no Brasil : uma trajetória. Brasília, 1980
- STOLCKE, Verena. Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980). trad. São Paulo, Brasiliense, 1986